



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO DO QUINTO
CNPJ nº. 13.452.958/0001-65 – Avenida Antônio Marques, s/n, Centro – CEP: 48.565-000.
Contatos: Telefax: (75) 3296 2263 – E-mail: pmsq.novagestao@bol.com.br

Nº. 267

L.D.O.



PUBLICAÇÕES NO
DIÁRIO OFICIAL DO
MUNICÍPIO
LDO
LOA
PPA



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO DO QUINTO
CNPJ nº. 13.452.958/0001-65 – Avenida Antônio Marques, s/n, Centro – CEP: 48.565-000.
Contatos: Telefax: (75) 3296 2263 – E-mail: pmsq.novagestao@bol.com.br

LDO

 **TCM IRCE VISTO**


Ass. Servidor



Diário Oficial

Prefeitura Municipal de Sítio do Quinto

www.ba.tmunicipal.org.br/prefeitura/sitiodoquinto

Bahia • Sexta-feira • 07 de Agosto de 2009 • Ano II • Nº 081

ATO OFICIAL

LEI Nº 267 DE 15 DE JULHO DE 2009

ESTABELECE AS DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÍTIO DO QUINTO, Estado da Bahia, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º da Constituição Federal combinado com os arts. 62 e 159, §2º da Constituição Estadual e art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, as Diretrizes Orçamentárias do Município de SÍTIO DO QUINTO para o exercício financeiro de 2010 compreendendo:

- I-as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II-as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações;
- III-as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- IV-as disposições sobre alterações na legislação tributária e política de arrecadação de receitas;
- V-as disposições do Regime de Gestão Fiscal Responsável;
- VI-a estrutura e a organização dos Orçamentos;
- VII-as disposições gerais.

CAPÍTULO II DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º. As metas para o exercício financeiro de 2010 são as especificadas, no Anexo I que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual de 2010, não se constituindo, entretanto, em limite à programação da despesa.

Art. 3º. As prioridades para o exercício financeiro de 2010 serão as seguintes:

- I-desenvolvimento de políticas sociais voltadas para a elevação da qualidade de vida da população do Município, especialmente dos seus segmentos mais carentes, e para a redução das desigualdades e disparidades sociais;
- II-ampliação e modernização da infra-estrutura econômica, reestruturação e modernização da base produtiva do Município;

III-promoção do desenvolvimento voltado à consolidação e ampliação da capacidade produtiva e à conciliação entre a eficiência econômica e a conservação;

IV-desenvolvimento de uma política ambiental centrada na utilização racional dos recursos naturais regionais;

V-desenvolvimento institucional mediante a modernização, reorganização da Estrutura Administrativa e o fortalecimento das instituições públicas municipais com vistas à melhoria da prestação dos serviços públicos;

VI-desenvolvimento de ações com vistas ao incremento da receita, com ênfase no recadastramento dos imóveis, e à administração e execução da Dívida Ativa, investindo, também, no aperfeiçoamento, informatização, qualificação da estrutura da administração, na ação educativa sobre o papel do contribuinte - cidadão;

VII-consolidação do equilíbrio fiscal, através do controle das despesas, sem prejuízo da prestação dos serviços públicos ao cidadão;

VIII-ampliação da capacidade de investimento do Município, através das parcerias com os segmentos econômicos da cidade e de outras esferas do governo, de negociação e ampliação do perfil da dívida municipal, e adoção de medidas de combate à inadimplência, à sonegação e à evasão de receitas;

IX-ampliação e melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I Das Diretrizes Gerais

Art. 4º. A Lei Orçamentária Anual obedecerá aos princípios da Unidade, Universalidade e Anualidade, estimando a Receita e fixando a Despesa, sendo estruturada na forma definida no Decreto nº 2.829/96 e Portaria nº 42/99, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 5º. Os recursos ordinários livres do Tesouro Municipal serão alocados para atender, em ordem de prioridade, às seguintes despesas:

- I-pessoal e encargos sociais, observando o limite previsto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;
- II-juros, encargos e amortizações da dívida fundada interna;
- III-contrapartidas previstas em contratos de empréstimos internos e externos ou de convênios ou outros instrumentos similares, observados os respectivos cronogramas de desembolso;
- IV-outros custos administrativos e aplicações em despesas de capital

Parágrafo único - As dotações destinadas às demais despesas de capital, que não sejam financiadas com recursos originários de contratos ou convênios, somente serão programadas com os recursos oriundos da economia com os gastos de outras despesas correntes, desde que atendidas plenamente as prioridades estabelecidas neste artigo



Art. 6º. Somente serão incluídas, na proposta orçamentária, dotações financiadas com as operações de crédito já contratadas ou com autorização legislativa concedida até a data do encaminhamento à Câmara Municipal do projeto da lei orçamentária pertinente.

Art. 7º. Na programação de investimentos da Administração Pública direta e indireta, além do atendimento às prioridades e metas especificadas na forma do art. 2º desta lei, observar-se-ão as seguintes regras:

I-A destinação de recursos para projetos deverá ser suficiente para a execução integral de uma ou mais unidades ou a conclusão de uma etapa, se sua duração compreender mais de um exercício;

II-Serão asseguradas alocações de contrapartida para projetos que contemplem financiamentos;

III-Não poderão ser programados novos projetos que não tenham viabilidade técnica, econômica e financeira.

Art. 8º. As receitas diretamente arrecadadas e vinculadas das autarquias, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, serão destinadas, por ordem de prioridade:

I-Aos custeios administrativos e operacionais, inclusive pessoal e encargos sociais;

II-Ao pagamento de juros, encargos e amortização da dívida;

III-A contrapartida de operações de crédito e convênios;

IV-Aos investimentos prioritários.

§ 1º. A programação das demais despesas de capital, com os recursos referidos no caput, deste artigo poderá ser realizada quando prevista em contratos e convênios ou, desde que atendidos plenamente as prioridades indicadas e os recursos sejam provenientes da economia com os gastos de outras despesas correntes.

§ 2º. A programação da despesa à conta de recursos oriundos dos orçamentos: fiscal e da seguridade social, observará a destinação e os valores constantes do respectivo orçamento.

Art. 9º. O Poder Legislativo encaminhará, até o dia 06 de agosto de 2009, à Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, a respectiva proposta de orçamento, exclusivamente para efeito de sua consolidação na proposta de orçamento do Município, não cabendo qualquer tipo de análise ou apreciação de seus aspectos de mérito e conteúdo, atendidos os princípios constitucionais e da Lei Orgânica Municipal, estabelecidos a esse respeito.

Parágrafo único - Na elaboração de sua proposta, o Poder Legislativo, além da observância do estabelecido nesta Lei, adotará:

I-Ao estabelecido no art. 29-A da Constituição Federal, resultante da Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000;

II-Os procedimentos estabelecidos pelo órgão encarregado da elaboração do orçamento.

Seção II

Das Diretrizes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Art. 10. O orçamento fiscal compreenderá a receita e a programação da despesa dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos da Administração direta e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Art. 11. O orçamento da seguridade social abrangerá os recursos e as programações dos órgãos e entidades da administração direta ou indireta do Município, inclusive seus fundos, que atuam nas áreas de saúde, previdência e assistência social.

Art. 12. Para fins desta Lei conceituam-se:

I-categoria de programação – os projetos e as atividades alocados à Lei Orçamentária Anual, bem como os criados através dos créditos especiais e extraordinários;

II-transposição – o deslocamento de uma categoria de programação de um órgão para outro, pelo total ou saldo;

III-remanejamento – a mudança de dotações de uma categoria de programação para outra no mesmo órgão;

IV-transferência – o deslocamento de recursos da reserva de contingência para a categoria de programação, de uma função de governo para outra, ou de um órgão para outro;

V-créditos adicionais – as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 13. As propostas de modificação do projeto de Lei Orçamentária Anual e de créditos adicionais serão apresentadas:

I-na forma das disposições constitucionais, no estabelecido na Lei Orgânica do Município e na Lei nº 4.320/64;

II-acompanhadas de exposição de motivos que as justifique.

Art. 14. A criação de novos projetos ou atividades, além dos constantes da proposta de Lei Orçamentária Anual, somente será admitida mediante a redução de dotações alocadas a outros projetos ou atividades, observadas as disposições constitucionais, o estabelecido na Lei Orgânica do Município, na Lei nº 4.320/64 e nesta Lei.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

TCM IRCE VISTO

Art. 15. Para os efeitos desta Lei, entende-se como despesa total com pessoal, o somatório dos gastos com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo Município às entidades de previdência.

§ 1º. Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".

§ 2º. A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

Art. 16. As dotações orçamentárias destinadas às despesas com pessoal e encargos sociais, em cada Poder, serão estimadas, para o exercício de 2010, com base na despesa média mensal executada até julho de 2008, observados, além da legislação pertinente em vigor, o limite de que trata a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para as despesas com pessoal, ativo e inativo, dos Poderes do Município.

Art. 17. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida estabelecidos no art. 19, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º. Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computadas as despesas:

I-De indenização por demissão de servidores ou empregados;

II-Relativas a incentivos à demissão voluntária;

III-Derivadas da aplicação do disposto no inciso II, do §6º, do art. 57 da Constituição Federal;

IV-Decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração.

1. 1000



§ 2º. Para fins deste artigo entende-se receita corrente líquida, o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes.

Art. 18. A repartição dos limites globais do art. 17 não poderá exceder os seguintes percentuais:

I-8% (oito por cento) para o Poder Legislativo;

II-54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.

Art. 19. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 17 e 18 desta Lei será realizada ao final de cada semestre, na forma definida na Lei Complementar n.º 101/2000 nos arts. 19 e 20.

§ 1º. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder referido no art. 18 que houver incorrido no exposto:

I-concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal;

II-criação de cargo, emprego ou função;

III-alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV-provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V-contratação de hora extra, salvo no caso das situações previstas nesta Lei.

§ 2º. Se ultrapassados os limites relativos à despesa total com pessoal ou à dívida consolidada, enquanto perdurar esta situação, o Município ficará sujeito aos mesmos prazos de verificação e de retorno aos limites definidos para os demais entes.

Art. 20. O projeto de lei orçamentária poderá consignar recursos adicionais necessário ao incremento do quadro de pessoal nas áreas de:

I-educação;

II-saúde;

III-fiscalização fazendária;

IV-serviços técnico-administrativos;

V-assistência à criança e ao adolescente;

VI-serviços legislativos.

Art. 21 - As dotações para atendimento das despesas com a admissão de pessoal sob regime especial de contratação, nos termos do inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal, serão alocadas em atividades específicas, inclusive na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais para esta finalidade, desde que haja autorização legislativa.

Art. 22 - Fica autorizada a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, desde que observado o disposto no art. 44 desta Lei.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO E MEDIDAS PARA INCREMENTO DA RECEITA

Art. 23. Em caso de necessidade, o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal projeto de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária municipal e incremento da receita, incluindo:

I-adaptação e ajustamento da legislação tributária às alterações da correspondente legislação Estadual e Federal;

II-revisões e simplificações da legislação tributária municipal;

III-aperfeiçoamento dos instrumentos de proteção dos créditos tributários.

CAPÍTULO VI

DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 24. A proposta orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até 30 de setembro de 2009, será composta, além da mensagem e do respectivo projeto de lei, de:

I-anexos dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

II-informações complementares.

Parágrafo único - Os anexos relativos aos orçamentos: fiscal e da seguridade social serão compostos, com dados isolados ou consolidados, pelos seguintes demonstrativos:

I-da receita e despesa, segundo as categorias econômicas, de forma a evidenciar o déficit ou superávit corrente, na forma do Anexo I, da Lei nº 4.320/64, observadas as alterações posteriores e suas discriminações;

II-da receita, por categoria econômica, fonte de recursos e outros desdobramentos pertinentes, na forma do Anexo II, da Lei nº 4.320/64, observadas as alterações posteriores da discriminação da receita orçamentária;

III-da despesa, segundo as classificações institucional, funcional e econômica adotadas na elaboração do orçamento;

IV-da programação referente à manutenção e desenvolvimento do ensino, de modo a dar cumprimento ao disposto no art. 212 da Constituição Federal;

V-do quadro da dívida fundada e não fundada, com base no Balanço Patrimonial do exercício financeiro de 2008.

VI-da Receita Arrecadada nos últimos 3 (três) exercícios e sua projeção para os 3 (três) subsequentes;

VII-do programa de trabalho do governo detalhado por projetos e atividades, Anexo 6 da Lei nº 4.320/64;

VIII-da despesa por órgãos e funções, ANEXO 9 da Lei nº 4.320/64.

Art. 25. A despesa será detalhada de acordo com o estabelecido nas Portarias nº 35, de 01.08.89, e nº 05, de 20.05.99, da SOF/SEPLAN, indicando para cada uma:

I-a categoria econômica;

II-o grupo de despesa;

III-a modalidade de aplicação;

IV-o elemento de despesa.

Art. 26. As despesas serão fixadas segundo os compromissos sociais, financeiros e econômicos, para aquisições de bens e serviços e execução de obras no Município.

§ 1º - Na fixação das despesas serão observadas prioritariamente os gastos com:

I-pessoal e encargos sociais;

II-serviços da dívida pública municipal;

III-contrapartida de convênios e financiamentos;

IV-projetos e obras em andamento que ultrapassem a 30% (trinta por cento) do cronograma de execução.

§ 2º. Os recursos originários do Tesouro Municipal serão, prioritariamente, alocados para atender às despesas com pessoal e encargos sociais, nos limites previstos na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e serviços da dívida, somente podendo ser programados para outros custeios administrativos e despesas de capital, após o atendimento integral dos aludidos gastos.



§ 3º. As atividades de manutenção básica terão preferência sobre as atividades que visem à sua expansão.

Art. 27. A discriminação da receita será efetuada de acordo com estabelecido na Portaria nº 472, de 21.07.93, da SOF/SEPLAN, atualizada pela Portaria nº 06, de 20.05.99.

Art. 28. A receita municipal será constituída da seguinte forma:

- I-dos tributos de sua competência;
- II-das transferências constitucionais;
- III-das atividades econômicas que por conveniência o Município venha a executar;
- IV-dos convênios firmados com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual ou de outros Municípios ou com Entidades e Instituições Privadas Nacionais e Internacionais;
- V-das oriundas de serviços executados pelo Município;
- VI-da cobrança da dívida ativa;
- VII-das oriundas de empréstimos e financiamentos devidamente autorizados;
- VIII-pelo Poder Legislativo;
- IX-dos recursos para o financiamento da Educação, definida pela legislação vigente, em especial Leis nº 9.394/96 e nº 9.424/96;
- X-de outras rendas.

Art. 29. A Lei Orçamentária Anual conterá a previsão da receita e fixação de despesas para convênios previamente aprovados pelo Legislativo Municipal.

Art. 30. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2010 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da Gestão Fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo-se um amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada etapa.

Art. 31. O chefe do Poder Executivo adotará mecanismos para assegurar a participação social na indicação de prioridades na elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2010, bem como no acompanhamento e execução dos projetos contemplados.

Parágrafo único - Os mecanismos previstos no caput deste artigo serão operacionalizados:

- I-mediante audiências públicas, com a participação da população em geral, de entidades de classes, setores organizados da sociedade civil e organizações não governamentais;
- II-pela seleção dos projetos prioritários, por cada área considerada, a serem incorporados na proposta orçamentária do exercício.

Art. 32. Após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo, através de decreto, elaborará programação financeira, visando a compatibilizar os gastos com a efetiva arrecadação das receitas e o cronograma de execução mensal de desembolso, conforme estabelecido no art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 33. Nos orçamentos: fiscal e da seguridade social, a apropriação da despesa far-se-á por unidade orçamentária e o seu programa de trabalho, segundo a classificação funcional, expressa por categoria de programação em seu menor nível, indicando para cada uma:

- I-o orçamento a que pertence;
- II-a categoria econômica e o grupo de despesa a que se refere, obedecidos os seguintes títulos:

CATEGORIA ECONÔMICA

- Despesas Correntes
- Despesas de Capital

GRUPO DE DESPESA:

- Pessoal e Encargos Sociais
- Juros e Encargos da Dívida
- Outras Despesas Correntes
- Investimentos
- Inversões Financeiras
- Amortização da Dívida

§ 1º. Para fins de integração do planejamento e orçamento, será adotada, no âmbito do Município, a classificação por função e programa a que se refere o art. 2º, § 1º, inciso I, e art. 8º da Lei nº 4.320/64, segundo o esquema de classificação e conceitos atualizados pela Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministro de Estado do Orçamento e Gestão, observados os seguintes títulos:

- I-Função;
- II-Sub-função;
- III-Programa;
- IV-Projeto, Atividade e Operação Especial.

§ 2º. As categorias de programação de que trata o caput deste artigo são identificadas por Programa, Projeto, Atividade e Operação Especial.

§ 3º - Para fins do atendimento aos §§ 1º e 2º, conceituam-se:

I-função - o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público municipal;

II-sub-função - representa uma partição ou detalhamento da função, visando agregar determinado subconjunto de despesa do setor público;

III-programa - o instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por metas estabelecidas no Plano Plurianual;

IV-projeto - um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de Governo;

V-atividade - um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de Governo;

VI-operações especiais - as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços, representando, basicamente, o detalhamento da função "Encargos Especiais".

§ 4º. A função "Encargos Especiais" engloba as despesas em relação às quais não se possa associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como dívidas, ressarcimentos, indenizações e outras afins, representando, portanto, agregação neutra.

§ 5º. As unidades orçamentárias, como responsáveis direta ou indiretamente pela execução das ações integrantes de uma categoria programática, serão identificadas na proposta orçamentária, tendo em vista a melhoria da execução e do controle orçamentários, podendo ser assim consideradas:

- I-os órgãos da Administração Direta, e os Fundos instituídos pelo Município;
- II-as entidades da Administração Indireta.

§ 6º. As dotações atribuídas às unidades orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual ou em crédito adicional, poderão ser aplicadas por unidades gestoras de um mesmo ou de outro órgão da Administração Direta, integrante dos orçamentos fiscal e da

TCM IRCE VISTO



seguridade social, mediante a descentralização interna ou externa de crédito, respectivamente.

Art. 34. A alocação dos recursos na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais, observadas as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, será feita de forma a propiciar o acompanhamento e o controle das ações e a avaliação dos resultados dos programas governamentais.

Art. 35. A Lei Orçamentária deverá ser elaborada com dados precisos, estimando a receita e fixando a despesa dentro da realidade, capacidade econômico-financeira e da necessidade do Município.

Art. 36. Na apreciação pelo Poder Legislativo do projeto de Lei Orçamentária Anual, as emendas somente podem ser aprovadas caso:

I-sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II-indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídos os que incidam sobre:

- a) dotação para pessoal e seus encargos;
- b) serviço da dívida.

III-sejam relacionadas com:

- a) a correção de erros ou omissões; ou
- b) os dispositivos do texto do projeto de Lei.

§ 1º. As emendas deverão indicar, como parte da justificativa:

I-no caso de incidirem sobre despesas com investimentos, a viabilidade econômica e técnica do projeto durante a vigência da lei orçamentária

II-no caso de incidirem sobre despesas com ações de manutenção, a comprovação de não inviabilização operacional da entidade ou órgão cuja despesa é reduzida.

§ 2º. A correção de erros ou omissões será justificada circunstancialmente e não implicará a indicação de recursos para aumento de despesas previstas no projeto de Lei Orçamentária.

Art. 37. O Poder Executivo poderá enviar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de Lei Orçamentária enquanto não iniciada na comissão técnica a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 38. Sancionada e promulgada a Lei Orçamentária, serão aprovados e publicados, para efeito de execução orçamentária, os Quadros de Detalhamento da Despesa - QDD's, relativos aos Programas de Trabalho integrantes da Lei Orçamentária Anual.

§ 1º. Os Quadros de Detalhamentos da Despesa - QDD's deverão discriminar, por elementos, os grupos de despesa aprovados para cada categoria de programação.

§ 2º. Os QDD's serão aprovados, no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, pelo Presidente da Câmara de Vereadores.

§ 3º. Os QDD's podem ser alterados, no decurso do exercício financeiro, para atender às necessidades de execução orçamentária, respeitados, sempre, os valores dos respectivos grupos de despesa, estabelecidos na Lei Orçamentária ou em créditos suplementares regularmente abertos.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES DO REGIME DE GESTÃO FISCAL RESPONSÁVEL

Art. 39. A gestão fiscal responsável tem por finalidade o alcance de condições de estabilidade e crescimento econômico sustentado do Município objetivando a geração de emprego, de renda e a elevação da qualidade de vida e bem-estar social.

Art. 40. A gestão fiscal responsável das finanças do Município far-se-á mediante a observância de normas quanto:

I-ao endividamento público;

II-ao aumento dos gastos públicos com as ações governamentais de duração continuada;

III-aos gastos com pessoal e encargos sociais;

IV-à administração e gestão financeira.

Art. 41. São princípios fundamentais para o alcance da finalidade e dos objetivos previstos no art. 40 desta lei:

I-o equilíbrio entre as aspirações da sociedade por ações do governo municipal e os recursos que esta coloca à disposição do Município, na forma de pagamento de tributos, para atendê-las;

II-a limitação da dívida pública em níveis aceitáveis e prudentes, assim entendidos os que sejam compatíveis com a capacidade de arrecadação do Município e que propiciem margem de segurança para a absorção e reconhecimento de obrigações imprevistas;

III-a adoção de política tributária estável e previsível coerente com a realidade econômica e social do Município e da região em que este se insere;

IV-a limitação e contenção dos gastos públicos;

V-a administração prudente dos riscos fiscais e, em ocorrendo desvios eventuais, a adoção de medidas corretivas e punitivas;

VI-a transparência fiscal, através do amplo acesso da sociedade às informações sobre as contas públicas, bem como aos procedimentos de arrecadação e aplicação dos recursos públicos.

Art. 42. Para manter a dívida pública em nível aceitável e prudente, evitar-se-á que os gastos excedam as disponibilidades.

Parágrafo único - Se a dívida ultrapassar os níveis de aceitabilidade e prudência, e enquanto não for reduzido, o montante de gastos realizados deve ser inferior aos das receitas arrecadadas.

Art. 43. A fixação de despesas nos orçamentos em cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas no Plano Plurianual, prevista nesta Lei, guardará relação com os recursos efetivamente disponíveis, particularmente as receitas tributárias, próprias ou transferidas.

Art. 44. Todo e qualquer ato que provoque um aumento da despesa total com pessoal somente será editado e terá validade se:

I-houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às despesas com pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, nos termos do art. 169, § 1º, inciso I, da Constituição Federal;

II-houver autorização específica nesta lei;

III-houver prévia autorização legislativa.

Parágrafo único - O disposto no caput compreende, entre outras:

I-a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração;

II-a criação de cargos, empregos e funções ou a alteração de estrutura de carreiras;

III-a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 45. Os fundos especiais do Município, criados na forma do disposto no artigo 167, inciso IX, da Constituição Federal e disposições contidas na Lei nº 4.320/64, combinado com o previsto na Resolução nº 297/96 e Parecer Normativo nº 004/96 do Tribunal de Contas dos Municípios - TCM, constituir-se-ão em Unidades Gestoras dentro da estrutura de uma Unidade Orçamentária, vinculados a um órgão da Administração Municipal, centralizada e/ou descentralizada.



Parágrafo único - Entende-se por Unidade Gestora qualquer órgão, repartição ou fundo especial da Administração Pública Municipal competente para administrar créditos orçamentários e recursos financeiros que lhes sejam destinados.

Art. 46. Caso a Lei Orçamentária Anual não seja aprovada e sancionada até 31 de dezembro de 2010, fica o Poder Executivo autorizado a executar a razão de 1/12 (um doze avos) da proposta orçamentária das seguintes despesas:

I-pessoal e encargos;

II-serviços da dívida;

III-despesas decorrentes da manutenção básica dos serviços municipais e ações prioritárias a serem prestadas à sociedade;

IV-investimentos em continuação de obras de saúde, educação, saneamento básico e serviços essenciais;

V-contrapartida de Convênios Especiais.

Parágrafo único - Ficam excluídas da limitação prevista no caput deste artigo, as despesas de convênios e financiamentos que obedecem a uma execução fixada em instrumento próprio.

Art. 47. Poderá a Lei Orçamentária Anual ser atualizada, durante a sua execução, para adequá-la à conjuntura econômica e financeira, com base em índices oficiais.

Art. 48. Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Art. 49. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, o Poder Executivo, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitará a emissão de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados por esta Lei no art. 51.

Art. 50. No caso de haver necessidade de limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas, esta será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento das despesas em "outras despesas correntes", "investimentos" e "inversões financeiras" de cada Poder, sendo adotadas as medidas estabelecidas no art. 9º e

parágrafos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único - Não estarão sujeitos à limitação de empenho as seguintes despesas:

I-pessoal e encargos;

II-serviços da dívida;

III-decorrentes de financiamentos;

IV-decorrentes de convênios;

V-as sujeitas a limites constitucionais como educação, saúde e assistência social.

Art. 51. A proposta orçamentária conterá reserva de contingência no orçamento fiscal, constituindo-se de dotação global sem destinação específica a órgão, unidade orçamentária, programa, categoria de programação ou grupo de despesa, que será utilizada como fonte para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Parágrafo Único - A reserva de contingência de que trata este artigo será constituída em montante máximo correspondente a até 3% (três por cento), calculado sobre o total da receita corrente líquida do Tesouro Municipal, apurado com base no exercício financeiro de 2008.

Art. 52. Integrarão a presente Lei o Anexo com as metas previstas para o exercício de 2010.

Parágrafo Único - O Anexo previsto neste artigo deverá ser revisto no caso de alterações da Lei do Plano Plurianual.

Art. 53 - As metas previstas no anexo, referido no artigo anterior, poderão ser revisadas por ocasião da elaboração do Projeto de Lei do Orçamento Anual, tendo em vista o comportamento das receitas e despesas municipais, e, também, a definição das transferências constitucionais, constantes dos projetos orçamentários da União e do Estado da Bahia.

Art. 54 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e vigorará até o dia 31/12/2010.

Art. 55 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito. São Paulo, 15 de julho de 2009.

CLEIGIVALDO CARVALHO SANTA ROSA

PREFEITO MUNICIPAL

TGM IRCE VISTO
[Assinatura]
Ass. Servidor

METAS DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS EXERCÍCIO 2010

EDUCAÇÃO MACROAÇÃO:

1.0 - ENSINO FUNDAMENTAL

AÇÃO/META	UNID. REF.	PRIORIDADE 2010
1.1 - MATRÍCULA DA POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR	CRANÇA	6000
1.2 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES	ESCOLA	38
1.3 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	VEÍCULO	60
1.4 - EQUIPAR E REEQUIPAR UNIDADES ESCOLARES	ESCOLA	36
1.5 - ATIVIDADES DE GESTÃO	DOCENTE	18
1.6 - FORMAÇÃO CONTINUADA	DOCENTE	250

MACROAÇÃO:

2.0 - ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

AÇÃO/META	UNID. REF.	PRIORIDADE 2010
2.1 - MATRÍCULA DE JOVENS E ADULTOS	PESSOAS	360

**MACROAÇÃO:****3.0 – MERENDA ESCOLAR**

AÇÃO/META	UNID. REF.	PRIORIDADE 2010
3.1 – MANUTENÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	ALUNOS	6000
3.2 – INVESTIMENTO ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (EQUIPAMENTOS)	ESCOLA	38

MACROAÇÃO:**4.0 – EDUCAÇÃO INFANTIL**

AÇÃO/META	UNID. REF.	PRIORIDADE 2010
4.1 – MATRÍCULA EFETIVADA	CRIANÇA	600
4.2 – ATENDIMENTO EM CRECHES	CRIANÇA	500
4.3 – REEQUIPAMENTO DAS ESCOLAS COM EDUCAÇÃO INFANTIL E CRECHES	UNIDADE	10
4.4 – FORMAÇÃO CONTINUADA PARA DOCENTES	DOCENTES	40

SECRETARIA DE CULTURA, EVENTOS E TURISMO.**MACROAÇÃO:****5.0 - CULTURA**

AÇÃO/META	UNID. REF.	PRIORIDADE 2010
5.1 – REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS/FOLCLÓRICOS/ARTÍSTICOS/RELIGIOSOS/CÍVICOS.	EVENTO	10
5.2 – EVENTOS DIRECIONADOS À ÁREA SOCIAL	EVENTO	07
5.3 – RESTAURAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL	UNIDADES	54
5.4 – APOIO AS AÇÕES CULTURAIS	AÇÕES	

MACROAÇÃO**5.0 - TURISMO**

AÇÃO/META	UNID. REF.	PRIORIDADE 2010
5.1 – INVENTÁRIO TURÍSTICO	UNIDADE	01
5.2 – CONSCIENTIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO	PESSOAS	400
5.3 – CONSERVAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS	UNIDADE	04
5.4 – DIVULGAÇÃO DO POTENCIAL TURÍSTICO	EVENTOS	04

TCM IRGE VISTO

SECRETARIA DE GOVERNO, ESPORTE, MEIO AMBIENTE E POLÍTICAS PÚBLICAS**MACROAÇÃO:****6.0 – ESPORTE**

AÇÃO/META	UNID. REF.	PRIORIDADE 2010
7.1 – RECUPERAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	UNIDADE	01
7.2 – REALIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS	EVENTOS	04
7.3 – AQUISIÇÃO MATERIAL ESPORTIVO	UNIDADE	33
7.4 – CONST. QUADRA POLIESPORTIVA NAS ESCOLAS	UNIDADE	02
7.5 – APOIO AO DESPORTO AMADOR	UNIDADE	01
7.6 – CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA EM BARRIO POPULAR	UNIDADE	02
7.7 – CONSTRUÇÃO DE PISTA DE SKATE	UNIDADE	01

ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.**MACROAÇÃO:****01- ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE**

AÇÃO/META	UNID. REF.	PRIORIDADE 2010
1.1 – CADASTRAMENTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	CADASTRO	200
1.2 – IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE ACOULHIMENTO	CENTRO	01
1.3 – EQUIPAMENTO DO CENTRO DE ACOULHIMENTO	UNIDADE	01
1.4 – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	PESSOAS / PROJETOS	200
1.5 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	CONSELHO	01
1.6 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	CONSELHO	01
1.7 – IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS ESPECIAIS	PROJETOS	05

MACROAÇÃO:**02 – GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA**

AÇÃO/META	UNID. REF.	PRIORIDADE 2010
2.1 – CADASTRAMENTO DA POPULAÇÃO DESEMPREGADA	UNIDADE	01
2.2 – Mapeamento da potencialidade econômica local	UNIDADE	01
2.3 – IMPLEMENTAÇÃO DE COOPERATIVAS DE TRABALHO	UNIDADE	02
2.4 – CRIAÇÃO DE ESCOLAS PROFISSIONALIZANTES	UNIDADE	01
2.5 – EQUIPAMENTOS DAS ESCOLAS PROFISSIONALIZANTES	UNIDADE	01
2.6 – CONTRATAÇÃO DE INSTRUTORES	PESSOAS	03
2.7 – CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES	PESSOAS	01
2.8 – CONSTRUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE CENTRO PARA PRODUÇÃO ARTESANAL	CENTRO	01
2.9 – CENTRAL DE TRABALHO E RENDA (MANUTENÇÃO)	CENTRAL	01

MACROAÇÃO**03 – ASSISTÊNCIA A TERCEIRA IDADE**

AÇÃO/META	UNID. REF.	PRIORIDADE 2010
3.1 – ATIVIDADES DE SERVIÇOS VIDAIS	PESSOAS	250
3.2 – APOIO A ENTIDADE	ENTIDADE	01
3.3 – IMPLANTAÇÃO DE ESPAÇO DE INTEGRAÇÃO	UNIDADE	01
3.4 – EQUIPAMENTO DO ESPAÇO DE INTEGRAÇÃO	UNIDADE	01

MACROAÇÃO**04 – ATENDIMENTO A MULHER VULNERABILIZADA**

AÇÃO/META	UNID. REF.	PRIORIDADE 2010
4.1 – IMPLANTAÇÃO DE UMA CASA DE ACOULHIMENTO E ACOMPANHAMENTO	UNIDADE	01
4.2 – EQUIPAMENTO DA CASA DE ACOULHIMENTO E ACOMPANHAMENTO	UNIDADE	01
4.3 – IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA / ATENDIMENTO INDIVIDUAL OU EM GRUPO	UNIDADE	01
4.4 – CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES	PESSOAS	01
4.5 – CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL	PESSOAS	05
4.6 – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	PESSOAS	200

MACROAÇÃO:**05 – ATENDIMENTO BÁSICO A POPULAÇÃO**

AÇÃO/META	UNID. REF.	PRIORIDADE 2010
5.1 – APOIO A ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA A PPD	ENTIDADE	01
5.2 – APOIO MATERNIDADE	GESTANTES	100
5.3 – DISTRIBUIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS	CESTAS	2000
5.4 – APOIO FUNERAL	PESSOAS	60
5.5 – FORNECIMENTO DE PASSAGENS	PASSAGEM	30
5.6 – FORNECIMENTO DE ÓCULOS	PESSOAS	100

MACROAÇÃO:**06 – APOIO A HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL**

AÇÃO / META	UNID. REF.	PRIORIDADE 2010
6.1 – Mapeamento do déficit habitacional	UNIDADE	01
6.2 – CONSTRUÇÃO DE CASAS	UNIDADE HABITACIONAL	350
6.3 – FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	UNIDADE	500

ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E INFRA-ESTRUTURA**MACROAÇÃO****1.0 – LIMPEZA PÚBLICA**

AÇÃO/META	UNID. REF.	PRIORIDADE 2010
1.1 – COLETA E TRANSPORTE DE LIXO DOMICILIAR	TONELADA	2.635
1.2 – REMOÇÃO DE ENTULHO	TONELADA	1.585
1.3 – VARREDURA MANUAL	KM	14.160
1.4 – ATENDIMENTO SANITÁRIO	QUANT	04
1.5 – VEÍCULO COLETA E TRANSPORTE DE LIXO DOMICILIAR	QUANT	02
1.6 – VEÍCULO REMOÇÃO DE ENTULHO	QUANT	02
1.7 – AQUISIÇÃO DE FROTEIRA	QUANT	01

**MACROAÇÃO**
2.0 – PRAÇAS – ESPAÇO DE LAZER

AÇÃO/META	UNID. REF.	PRIORIDADE 2010
2.1 – RECUPERAÇÃO DE PRAÇAS E JARDINS	M2	13.000
2.2 – SINALIZAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS	Projeto	01
2.3 – ARBORIZAÇÃO DE ÁREAS URBANAS	Árvore	600
2.4 – CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS E JARDINS	Quadrado	05

MACROAÇÃO
3.0 – SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA

AÇÃO/META	UNID. REF.	PRIORIDADE 2010
3.1 – MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO	M	2.000
3.2 – Implantação de Rede de Esgoto	M	15.000
3.3 – Ampliação/implantação de Sistema de Abastecimento de Água	Sistema	13

MACROAÇÃO
5.0 – RECUPERAÇÃO ESTRADAS VICINAIS

AÇÃO/META	UNID. REF.	PRIORIDADE 2010
5.1 – CASCALHAMENTO	KM	500
5.2 – PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DE RUAS E AVENIDAS	M2	6.000
5.3 – MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	KM	500
5.4 – AQUISIÇÃO (DESAPROPRIAÇÃO) DE IMÓVEL PARA ABERTURA DE VIAL	Unidade	13

MACROAÇÃO
6.0 – ILUMINAÇÃO PÚBLICA

AÇÃO/META	UNID. REF.	PRIORIDADE 2010
6.1 – MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO	REDE	02
6.2 – EXTENSÃO DE REDE	POSTES	120
6.3 – AMPLIAÇÃO DA REDE ELÉTRICA RURAL	KM	100
6.4 – EFICIENTIZAÇÃO	PONTOS DE LUZ	2000

MACROAÇÃO
7.0 – EXECUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTOS

AÇÃO/META	UNID. REF.	PRIORIDADE 2010
7.1 – RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO PARALELEPÍPEDOS	M2	10.000
7.2 – EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO PARALELEPÍPEDOS	M2	20.000

MACROAÇÃO
8.0 – MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

AÇÃO/META	UNID. REF.	PRIORIDADE 2010
8.1 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	SERVIDORES	50
8.2 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	VEÍCULO	03
8.3 – AMPLIAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS	UNIDADE	04
8.4 – CAMPANHAS INSTITUCIONAIS	UNIDADE	04
8.5 – INFRA-ESTRUTURA DAS UNIDADES	EQUIPAMENTO	20
8.6 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	AMPLAÇÃO	02
8.7 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	MOTOS	04

MACROAÇÃO
9.0 – MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

AÇÃO/META	UNID. REF.	PRIORIDADE 2010
9.1 – REGISTRAMENTO IMOBILIÁRIO/ATIVIDADE ECONÔMICA/SÓCIO ECONÔMICO	CADASTRAMENTO	500
9.2 – EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	EQUIPAMENTO	03
9.3 – CONTRATAÇÃO DE FISCAL DE TRIBUTOS	SERVIDOR	05
9.4 – TREINAMENTO DE PESSOAL	EVENTOS	02
9.5 – MOVES E DESPESAS	EQUIPAMENTO	05

SECRETARIA DE SAÚDE
MACROAÇÃO**1.0 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL E HOSPITALAR**

AÇÃO/META	UNID. REF.	PRIORIDADE 2010
1.1 – CENTRAL DE MARCAÇÃO DE CONSULTA (ampliação e reforma)	UNIDADE	01
1.2 – ATENDIMENTO BÁSICO À POPULAÇÃO	POPULAÇÃO	90%
1.3 – ATENDIMENTO DE PRÉ-NATAL	GESTANTES	85%
1.4 – ASSISTÊNCIA À PUERPERAL/TURMA	GRÁVIDAS	85%
1.5 – ATENDIMENTO BÁSICO À CRIANÇA	GRÁVIDAS	90%
1.6 – PROGRAMA DE SAÚDE DO IDOSO	IDOSO	80%
1.7 – INTENSIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE BUCAL	POPULAÇÃO	85%


TCM IRCE VISTO

Ass. Servidor



Continuação

1.8 - PROGRAMA DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR NUTRICIONAL	CRIANÇA	100%
1.9 - ATENDIMENTO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE	ADOLESCENTE	50%
1.10 - MANUTENÇÃO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	UNIDADE	50%
1.11 - ATENDIMENTO 24 HORAS DE PRONTO ATENDIMENTO	POPULAÇÃO	10%

MACROAÇÃO

2.0 - PROGRAMAS PREVENTIVOS

AÇÃO/META	UNID. REF.	PRIORIDADE 2010
2.1 - AMPLIAR O PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF	UNIDADE	03
2.2 - REALIZAR CONCURSO MUNICIPAL PARA AGENTE DE ENDEMIAS	AGENTES	20
2.3 - INTENSIFICAR O PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE CÂNCER UTERINO E MAMÁRIO	MULHERES	95%
2.4 - AMPLIAR O PROGRAMA DE DIABETES	POPULAÇÃO	80%
2.5 - AMPLIAR O PROGRAMA DE HIPERTENSÃO	POPULAÇÃO	80%
2.6 - INTENSIFICAR AS COBERTURAS VACINAS OU AMPLIAR O PROGRAMA DE IMUNIZAÇÃO	POPULAÇÃO	100%
2.7 - AMPLIAR O ATENDIMENTO AO PROGRAMA DE SAÚDE MENTAL	USUÁRIOS	75%
2.8 - ATENDIMENTO DOS PROGRAMAS DE HANSENASE E TUBERCULOSE	POPULAÇÃO	100%
2.9 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO	UNIDADE	01
2.10 - CONTRATAR ASSESSORIA		02

MACROAÇÃO

3.0 - ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES DE SAÚDE

AÇÃO/META	UNID. REF.	PRIORIDADE 2010
3.1 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DOS CENTROS DE SAÚDE	UNIDADE	01
3.2 - REESTRUTURAÇÃO DO LABORATÓRIO	LABORATÓRIO	01

SECRETARIA DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

MACROAÇÃO

1.0 - RECURSOS HÍDRICOS

AÇÃO/META	UNID. REF.	PRIORIDADE 2010
1.1 - IMPLANTAÇÃO DE AGRICULTURA	UNIDADE	01
1.2 - CONSTRUÇÃO E REFORMA DE ARMAZÉM	ARMAZÉM	01

MACROAÇÃO

2.0 - APOIO A EXPLORAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

AÇÃO/META	UNID. REF.	PRIORIDADE 2010
2.1 - AQUISIÇÃO DE KITS DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL	KITS	02
2.2 - CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO DO MATADOURO	REFORMA	01
2.3 - AMPLIAÇÃO E REFORMA DO MERCADO MUNICIPAL	MERCADO	03
2.4 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DO MÓDULO DE FEIRA LIVRE	MÓDULO	01

PODER LEGISLATIVO

MACROAÇÃO:

AÇÃO/META	UNID. REF.	PRIORIDADES 2010
1.1 - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E MANUTENÇÃO DA CÂMARA	PROJETO	01
1.2 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	UNIDADE	01
1.3 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PLENÁRIO	UNIDADE	01
1.4 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	PESSOA	03
1.5 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	EVENTO	02
1.6 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	VEÍCULO	01
1.7 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS (ASSESSORIA/CONSULTORIA)	SERVIÇO	03
1.8 - AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA CÂMARA PARA ABRIGAR O PLENÁRIO	UNIDADE	01

Ass. Servidor

**RISCOS FISCAIS**

Artigo 4º, §3º da L.C. 101/00

ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

Campo A Passivo contingente, eventos fiscais imprevistos e outros riscos.	Campo B Valor Presumido do risco
Precatórios relativos a ações trabalhistas, bem como ações civis movidas em decorrência de contratações e não pagamento de vencimentos e vantagens fixas, não honradas por gestões anteriores.	150.000,00
Débito com o Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS, decorrente de retenções não recolhidas e o não recolhimento da parte patronal.	2.000.000,00
TOTAL	2.150.000,00

Campo C Providências a serem adotadas caso as situações de risco se concretizem
Para compensar eventuais desequilíbrios das metas fiscais, utilizar-se-ão, primeiramente, os recursos consignados à conta da Reserva de Contingência, na forma da alínea "b" do inciso III do art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101/00. Caso ainda perdure o desequilíbrio, caberá ao Poder Executivo a reformulação do Anexo de Metas Fiscais. Como consequência desse desequilíbrio, a capacidade de empenho deverá ser limitada de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de Outras Despesas Correntes, Investimentos e Inversões Financeiras de cada secretaria e do Poder Legislativo. Essa limitação será comunicada pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, indicando o montante que caberá a cada Poder tornar disponível para empenho e pagamento, na forma em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

ANEXO I – METAS FISCAIS

Discriminação	1. AVALIAÇÃO		2. PROJEÇÃO			
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
I. RECEITA NÃO FINANCEIRA	15.663.946	17.660.352	19.558.840	22.130.827	25.041.031	28.333.926
II. DESPESA NÃO FINANCEIRA	15.100.303	17.260.270	19.137.899	21.654.532	24.502.103	27.724.130
III. RESULTADO PRIMÁRIO (I-II)	563.643	360.082	420.941	476.295	538.927	609.796
A) IV. RESULTADO NOMINAL	486.829	338.717	375.129	424.459	480.275	544.839
B) V. DÍVIDA LÍQUIDA	10.526.317	12.114.761	11.569.597	11.106.813	10.718.074	10.375.096

Descrição	1. AVALIAÇÃO		2. PROJEÇÃO			
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
I. RECEITA NÃO FINANCEIRA	15.663.946	17.660.352	19.558.840	22.130.827	25.041.031	28.333.926
II. DESPESA NÃO FINANCEIRA	15.100.303	17.260.270	19.137.899	21.654.532	24.502.103	27.724.130
III. RESULTADO PRIMÁRIO (I-II)	563.643	360.082	420.941	476.295	538.927	609.796
A) IV. RESULTADO NOMINAL	486.829	338.717	375.129	424.459	480.275	544.839
B) V. DÍVIDA LÍQUIDA	10.526.317	12.114.761	11.569.597	11.106.813	10.718.074	10.375.096
INDICADORES DE INFLAÇÃO	5,50%	5,00%	4,50%	4,00%	3,50%	3,20%

A) art. 4º, § 1º da Resolução TCM 460

B) Dívida Líquida = Dívida Consolidada ou Fundada - (disponibilidades de caixa + aplicações financeiras + demais ativos financeiros)

C) Registramos que os valores projetados neste anexo tem como base nas expectativas de crescimento do PIB do Município tomando como referência o exercício de 2006.

DESCRIÇÃO	2005	2006
RECEITA TOTAL	15.740.768,86	17.761.716,74
(-) APLICAÇÃO FINANCEIRA	75.814,19	41.364,85
(-) AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	-	-
(-) ALIENAÇÃO DE BENS	-	-
(-) OPERAÇÃO DE CRÉDITO	-	-
I. RECEITA NÃO FINANCEIRA	15.663.945,87	17.660.351,89



DESPESA TOTAL	15.946.830,97	17.969.079,26
(-) JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-
(-) AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	846.536,32	688.809,51
DESPESA NÃO FINANCEIRA	15.100.302,65	17.280.269,75

PROJEÇÃO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA P/ 2005	76.814,19
PROJEÇÃO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA P/ 2006	41.364,85
PROJEÇÃO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA P/ 2007	45.811,57
PROJEÇÃO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA P/ 2008	51.835,79
PROJEÇÃO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA P/ 2009	58.652,20
PROJEÇÃO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA P/ 2010	64.957,31

ANEXO II – METAS FISCAIS

III - Evolução do Patrimônio Líquido - 2004 a 2006 (art. 4º, § 2º, III, da Lei Complementar Federal nº 101/00)

Valor em R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Ano 2004		%	Ano 2005		%	Ano 2006		%
	Valor em R\$	Valor em R\$		Valor em R\$	Valor em R\$		Valor em R\$	Valor em R\$	
Ativo Real	4.150.850	5.002.714	20,52	6.063.981	24,93				
Passivo Real	11.955.985	12.036.063	9,03	14.040.606	12,21				
Patrimônio Líquido	(7.805.127)	(6.033.349)	2,02	(8.184.625)	1,85				

IV - Metas Anuais - 2007 - 2010 (art. 4º, § 2º, II, da Lei Complementar Federal nº 101/00)

Valor em R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	METAS ANUAIS			
	2007	2008	2009	2010
I. Receitas Não-Financeiras	19.550.040	22.130.827	25.041.031	28.333.920
II. Despesas Não-Financeiras	19.137.899	21.654.532	24.512.103	27.724.130
III. Resultado Primário (I-II)	420.941	476.295	528.927	609.790
IV. Resultado Nominal	375.129	424.450	480.275	544.839
V. Montante da Dívida	11.569.597	11.106.813	10.718.074	10.375.096

V - Demonstrativo de Alienação de Bens (art. 4º, § 2º, III, da Lei Complementar Federal nº 101/00)

Valor em R\$ 1,00

Alienação de Bens	2007	2008	2009	2010
Alienação de Bens Móveis				
Alienação de Bens de Natureza Industrial				
Alienação de Bens Imóveis Rurais				
Alienação de Bens Imóveis Urbanos				
Alienação de Outros Bens Imóveis				
Total				

SEM REGISTROS

VI - Demonstrativo da estimativa da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado (art. 4º, § 2º, V, da Lei Complementar Federal nº 101/00)

Valor em R\$ 1,00

Especificação	2007	2008	2009	2010
Renúncia de Receita	110.000	170.000	210.000	260.000
Expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado	160.000	187.200	215.200	244.300
Total	270.000	357.200	425.200	504.300

DESCRIÇÃO	LOA 2006	REALIZADO 2006	VARIACÃO %
I. Receitas Não-Financeiras	10.370.624,00	17.660.351,89	96,13
II. Despesas Não-Financeiras	17.053.474,00	17.280.269,75	96,79
III. Resultado Primário (I-II)	517.210,00	380.082,14	73,49
IV. Resultado Nominal	491.220,00	330.717,29	60,95
V. Montante da Dívida	12.114.700,00	688.809,51	5,69

TCM IRCE VISTO

Ass. Servidor

**ANEXO III - METAS FISCAIS**

Conforme estabelecido no art. 4º, § 1º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, as metas anuais da Administração Pública do Município de São João del-Rei, em valores correntes e constantes, das receitas, despesas, resultados primário e nominal, assim como do montante da dívida pública para o triênio 2010 - 2012, estão a seguir descritas:

Valores Correntes em R\$ 1,00

Descrição			
	2010	2011	2012
I. Receitas Não-Financeiras	22.130.827	25.041.031	28.333.926
II. Despesas Não-Financeiras	21.654.532	24.502.103	27.724.130
III. Resultado Primário (I-II)	476.295	538.927	609.796
IV. Resultado Nominal	424.459	480.275	544.839
V. Montante da Dívida	11.106.813	10.718.074	10.375.096

Valores Constantes em R\$ 1,00

Descrição			
	2010	2011	2012
I. Receitas Não-Financeiras	22.130.827	25.041.031	28.333.926
II. Despesas Não-Financeiras	21.654.532	24.502.103	27.724.130
III. Resultado Primário (I-II)	476.295	538.927	609.796
IV. Resultado Nominal	424.459	480.275	544.839
V. Montante da Dívida	11.106.813	10.718.074	10.375.096
Indicadores de Inflação	4,0%	3,5%	3,2%

Deflacionado pelo IGP-DI - FGV - Fonte: STN

Preços médios de 2004

Para se chegar aos valores constantes, as metas anuais do ano de 2010 a 2012 foram deflacionadas pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna da Fundação Getúlio Vargas (IGP/DI-FGV).

Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:

1 - as receitas não-financeiras correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda), operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de bens;

2 - as despesas não-financeiras correspondem às despesas fiscais líquidas, que são resultantes do somatório das despesas correntes e de capital, excluídas as despesas de juros e encargos e amortização da dívida pública;

3 - o resultado primário corresponde à diferença entre as receitas não-financeiras e as despesas não-financeiras;

4 - o resultado nominal corresponde ao resultado primário menos o pagamento dos juros e encargos da dívida líquida, isto é, juros e encargos da dívida deduzidos as receitas de juros de títulos de renda;

5 - o montante da dívida pública corresponde ao fluxo da dívida fundada, ou seja, amortizações do principal e juros e encargos da dívida, devidos em cada exercício.

As metas fiscais previstas para os próximos três exercícios consideram na obtenção de resultados primários voltados para o equilíbrio fiscal.

Em função dos resultados supracitados relativos à dívida pública, consequentemente os resultados primário e nominal apresentarão crescentes.

I - Avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior

(art. 4º, § 2º, I, da Lei Complementar Federal nº 101/00)

Valores Constantes em R\$ 1,00

Discriminação	LOA 2007	Realizado 2007	Variação %	LOA 2008	Realizado 2008	Variação %
I. Receitas Não-Financeiras	16.094.630	15.663.946	97,32	18.370.684	17.660.351	96,13
II. Despesas Não-Financeiras	15.317.630	15.100.303	98,56	17.853.474	17.280.269	96,79
III. Resultado Primário (I-II)	777.000	563.643	72,54	517.210	380.082	73,49
IV. Resultado Nominal	754.000	486.829	64,57	491.220	338.717	68,95
V. Montante da Dívida	10.526.317	846.536	8,04	12.114.760	688.809	5,69

TCM IRCE VISTO

Ass. Servidor

Conforme estabelecido pelo inciso III, do art. 63, da LRF, a elaboração do Anexo de Metas Fiscais, por municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes passa a ser obrigatória a partir do exercício de 2005, na LDO que orientará a elaboração do Orçamento de 2010. Diante disso, para esses municípios a aplicabilidade do Demonstrativo de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior e do Demonstrativo de Metas Fiscais Atuais Comparadas

com as Metas Fiscais Fixadas nos três exercícios anteriores será restrita àqueles que tenham elaborado metas fiscais para exercícios orçamentários anteriores ao exercício de 2008, assim sendo, limitamo-nos a demonstrar apenas a variação ocorrida nos exercícios financeiros de 2007 e 2008.

Esse comportamento pode ser explicado pelos números favoráveis que a dinâmica econômica do Município tem proporcionado.

II - Demonstrativo das Metas Anuais

(art. 4º, § 2º, II, da Lei Complementar Federal nº 101/00)

As metas da Administração Pública Municipal propostas para o período de 2010 a 2012, nos termos do inciso II do § 2º do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101/00, foram definidas considerando o atual cenário macroeconômico, bem como o incremento da receita, projetada com base no crescimento da arrecadação municipal.

Discriminação	METAS ANUAIS		
	2010	2011	2012
I. Receitas Não-Financeiras	22.130.827	25.041.031	28.333.926
II. Despesas Não-Financeiras	21.654.532	24.502.103	27.724.130
III. Resultado Primário (I-II)	476.295	538.927	609.796
IV. Resultado Nominal	424.459	480.275	544.839
V. Montante da Dívida	11.106.813	10.718.074	10.375.096

A meta projetada pela Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças para a realização da receita das fontes do tesouro considerou uma eficácia tributária do IPTU para 2009 de 10,75%, evoluindo para 13,15% nos demais anos. Nessa projeção da receita foi considerado para os três exercícios o indicador de inflação mensurado pelo IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna da FGV), sendo aplicado os índices de 4% para 2010, 3,5% para 2011 e 3,2% para 2012. O outro parâmetro utilizado refere-se ao PIB municipal, exigência da LRF, que indica o crescimento econômico de São João do Rio Preto para os três anos em questão.

Por sua vez, as receitas de outras fontes foram projetadas para o triênio 2010/2012 pelas próprias unidades orçamentárias arrecadadoras, sendo consolidadas pela Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças.

Para a projeção da despesa buscou-se respeitar a proporcionalidade histórica dos gastos, principalmente para as unidades orçamentárias que possuem fontes de recursos vinculados, no entanto essa regra não foi aplicada por completo. As despesas com pessoal foram pro-

jetadas buscando aproximar-se ao máximo possível da realidade, considerando os vários eventos legalmente concedidos.

As previsões de pagamento da dívida consolidada para o triênio 2010-2012 tiveram como parâmetros a projeção da receita líquida real, os indexadores definidos nos instrumentos contratuais (SELIC, TR, TJLP, IGP-M e IGP-DI), mês base março de 2009 e a projeção mediana da taxa de câmbio pesquisada junto ao BACEN (Banco Central do Brasil), considerando os limites definidos nas Leis nºs 8.727/93 e 9.496/97.

Verifica-se que os valores das metas projetadas para os anos de 2010 a 2012 contemplam esforço de arrecadação fiscal, assim como a perspectiva de crescimento econômico mensurado pela progressiva evolução do PIB de São João do Rio Preto, acarretando um crescimento na arrecadação. Nessas projeções, evidenciam-se taxas de crescimento decrescentes para as despesas relativamente à arrecadação de receitas, necessárias para geração de resultados primário e nominal suficientes para manutenção dos compromissos com a dívida pública.

III - Evolução do Patrimônio Líquido - 2006 a 2008

(art. 4º, § 2º, III, da Lei Complementar Federal nº 101/00)

A evolução do Patrimônio Líquido do Município nos últimos três exercícios, na forma do inciso III do § 2º do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101/00, está demonstrada no quadro a seguir, visualizando-se, no período em análise, que o Passivo Real a Descoberto cresceu de R\$ 8.033.349,03 em 31/12/2007 para R\$ 8.184.625 em 31/12/2008.

Patrimônio Líquido	Valor R\$ 1,00		
	Ano de 2006	Ano de 2007	Ano de 2008
Ativo Real	4.150.857,61	5.002.714,07	6.663.981
Passivo Real	11.955.984,85	13.036.063,10	14.848.606
Patrimônio Líquido	- 7.805.127,24	- 8.033.349,03	- 8.184.625,00

No período em análise não se verificou a alienação de ativos, conforme tabela abaixo:

Valor em R\$ 1,00			
Alienação de Bens	2006	2007	2008
Alienação de Bens Móveis			
Alienação de Bens de Natureza Industrial			
Alienação de Bens Imóveis Rurais p/ Colonização			
Alienação de Outros Bens Imóveis			
Total			

Fonte: Balanços Anuais

**IV - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Geral de Previdência
(art. 4º, § 2º, IV, da Lei Complementar Federal nº 101/00)**

Com respeito ao cumprimento do disposto no inciso IV do § 2º do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101/00, o Poder Executivo Municipal, não possui Regime Próprio de Previdência Social.

**V - Demonstrativo da estimativa da renúncia de receita e da margem de
expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado
(art. 4º, § 2º, V, da Lei Complementar Federal nº 101/00)**

A estimativa da renúncia de receita decorrente de benefícios para o período de 2010 a 2012, no âmbito dos Tributos de competência Municipal, é demonstrada no quadro a seguir:

R\$ 1,00			
Especificação	2010	2011	2012
Renúncia de Receita	170.000	210.000	260.000
Expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado	187.200	215.280	244.380
Total	357.200	425.280	504.380

A renúncia fiscal, conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, foi considerada, na estimativa da receita orçamentária, bem como os valores a serem prescritos ao decorrer dos anos. O município neste ano de 2009 sancionou a lei nº 234/07 que cria o refinanciamento da dívida municipal – REFIS, o qual incrementará a receita de Dívida Ativa neste ano de 2009. Após o prazo de refinanciamento o município tomará as providências legais para que ocorra o mínimo de evasão de receita, assim como estimulando os contribuintes, através de campanhas a pagarem os tributos em dia.

A margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado considerada decorre do crescimento da receita motivada pela expansão da economia, notada pelo crescimento do PIB de São Paulo nos últimos anos, pela projeção otimista desse indicador para o período considerado. Entende-se por despesa obrigatória de caráter continuado, no conceito da Lei de Responsabilidade Fiscal, a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo, que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Foram considerados os índices de inflação mencionados anteriormente, para o impacto no aumento do salário mínimo dos servidores municipais, bem como do incremento das prestações de serviços e aquisição de bens de caráter continuado.

ANEXO IV – RISCOS FISCAIS

1 - Avaliação dos passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas

(art. 4º, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101/00)

As metas fiscais estabelecidas podem sofrer significativas mudanças de acordo com a ocorrência ou não de eventos adversos, tanto externos quanto internos, que podem acarretar alterações no cenário econômico de municípios de todos os portes, independente de tamanho, localização ou mesmo expressão no cenário político.

As situações externas que podem vir a alterar o cenário econômico são:

- não-confirmação da recuperação da economia mundial, principalmente das economias norte-americana e europeia,

com impactos sobre o desempenho do comércio internacional e dos investimentos externos diretos;

- instabilidade no Oriente Médio e ataques terroristas de grandes proporções;
- novas medidas protecionistas no mercado internacional;
- não-adoção de medidas protecionistas, de forma preservar o mercado interno da invasão dos produtos chineses, principalmente no mercado exportador calçados, que tem influência direta em nosso município; e

internamente, há situações que podem também alterar o cenário fiscal projetado, entre elas:

- crise de governabilidade no Poder Executivo Federal;
- estagnação da taxa de câmbio;
- dificuldades no controle da inflação com a não redução da taxa de juros básica da economia.

As situações descritas acima podem elevar o Risco Brasil, aumentando as expectativas dos agentes internacionais que investem no país, assim como dificultar a retomada interna de crescimento econômico.

As ações judiciais contra o Município são passivas a considerar. Elas são de diversas origens e sua mensuração é complexa e imprecisa, pois dependem da probabilidade de decisões judiciais desfavoráveis. Salientamos que as decisões judiciais já transitadas em julgado são tratadas como precatórios, depois de atendida a fase do art. 730 do Código de Processo Civil.

Para compensar eventuais desequilíbrios das metas fiscais, utilizam-se, primeiramente, os recursos consignados à conta da Reserva de Contingência, na forma da alínea "b" do inciso III do art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101/00. Caso ainda perdure o desequilíbrio, caberá ao Poder Executivo a reformulação do Anexo de Metas Fiscais. Como consequência desse desequilíbrio, a capacidade de empenho deverá ser limitada de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de Outras Despesas Correntes, Investimentos e Inversões Financeiras de cada Poder. Essa limitação será comunicada pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo e ao Ministério Público, indicando o montante que caberá àquele Poder tornar indisponível para empenho e pagamento, na forma em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO DO QUINTO
CNPJ nº. 13.452.958/0001-65 – Avenida Antônio Marques, s/n, Centro – CEP: 48.565-000
Contatos: Telefax: (75) 3296 2263 – E-mail: pmsq.novagestao@bol.com.br

LOA

PPA

 TCM IRCE VISTO


Ass. Servidor



Diário Oficial

Prefeitura Municipal de Sítio do Quinto

www.ba.tmunicipal.org.br/prefeitura/sitiodoquinto

I

Bahia • Quinta-feira • 07 de Janeiro de 2010 • Ano III • Nº 111

ATOS OFICIAIS

Lei Nº 276/2009 de 30 de Dezembro de 2009.

Estima Receita e fixa despesa do Orçamento Anual do Município de Sítio do Quinto, para exercício de 2010.

O Prefeito Municipal de Sítio do Quinto, Estado da Bahia, faço saber que a câmara municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei.

TÍTULO I

DO CONTEÚDO DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º. Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do orçamento anual do Município de Sítio do Quinto, para o exercício financeiro de 2010, compreendendo:

I – O Orçamento Fiscal referente aos Poderes Legislativo e Executivo, seus órgãos, entidades e fundos da administração direta e indireta, no montante de R\$ 14.713.760,00 (Quatorze Milhões, Setecentos e Treze Mil e Setecentos e Sessenta Reais.)

II – O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo os órgãos e fundos a ela vinculados, no montante de R\$ 5.286.240,00 (Cinco milhões, Duzentos e Oitenta e Seis Mil e Duzentos e Quarenta Reais.)

TÍTULO II

DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

CAPÍTULO I

DA ESTIMATIVA DA RECEITA

Art. 2º A Receita total nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é estimada no mesmo valor da despesa total em R\$ 20.000.000,00 (Vinte Milhões de Reais).

Art. 3º A Receita decorrerá da arrecadação de tributos, contribuições e outras receitas correntes e de capital, previstos na legislação vigente, e são estimativas com seguinte desdobramento:

Títulos	Tesouro	Outras Fontes	Em R\$ 1,00
			Total
Receitas Correntes	3.064.117,32	16.997.580,55	20.061.697,87
Receita Tributária	155.866,00	491.786,20	647.652,20
Receita Patrimonial		44.465,60	44.465,60
Receita de Serviços		13.000,00	13.000,00
Transferências Correntes	2.908.265,00	16.374.938,00	19.283.203,00
Outras Receitas Correntes	1.986,32	73.390,75	75.377,07
SUB - TOTAL	3.064.117,32	16.997.580,55	20.061.697,87
Receitas de Capital		2.262.038,93	2.262.038,93
Operações de Crédito		38.040,00	38.040,00
Alienções de Bens		63.400,00	63.400,00
Transferências de Capital		2.160.598,93	2.160.598,93
SUB - TOTAL		2.262.038,93	2.262.038,93
Receitas Reficadoras		-2.323.736,80	-2.323.736,80
Receitas Reficadoras		-2.323.736,80	-2.323.736,80
SUB - TOTAL		-2.323.736,80	-2.323.736,80
TOTAL DA RECEITA	3.064.117,32	16.935.882,68	20.000.000,00

TCM IRCE VISTO

Ass. Servidor

CAPÍTULO II

DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Art. 4º A despesa fixada à conta de recursos previstos deste capítulo observada a programação anexa a esta Lei, apresenta o seguinte desdobramento:

I – por Órgãos

Discriminação	Fiscal	Seguridade	Em R\$ 1,00
			Total
Câmara Municipal	960.000,00		960.000,00
Gabinete do Prefeito	1.229.100,00		1.229.100,00
Secretaria de Administração	696.600,00		696.600,00
Secretaria de Finanças	1.218.400,00		1.218.400,00



Continuação

Secretaria de Educação	7.480.900,00		7.480.900,00
Sec. De Agricultura e Meio Ambiente e D. Econômico	561.100,00		561.100,00
Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer	834.960,00		834.960,00
Sec. De Saúde		4.260.600,00	4.260.600,00
Sec. Do Trab e Ação Social	266.300,00	972.340,00	1.238.640,00
Sec. De Infra - Estrutura	1.466.400,00	53.300,00	1.519.700,00
Total da Despesa	14.713.460,00	5.286.240,00	20.000.000,00

II – Por Função Em R\$ 1,00

Em R\$ 1,00

Discriminação	Fiscal	Seguridade	Total
Legislativa	960.000,00		960.000,00
Administração	2.398.300,00	103.200,00	2.501.500,00
Segurança Pública	118.000,00		118.000,00
Assistência Social	63.400,00	869.140,00	932.540,00
Saúde		3.930.900,00	3.930.900,00
Educação	7.480.900,00		7.480.900,00
Cultura	557.060,00		557.060,00
Urbanismo	866.100,00		866.100,00
Habitação	202.900,00		202.900,00
Saneamento		383.000,00	383.000,00
Gestão Ambiental	84.200,00		84.200,00
Agricultura	543.500,00		543.500,00
Energia	289.300,00		289.300,00
Transporte	246.900,00		246.900,00
Desporto e Lazer	239.900,00		239.900,00
Encargos Especiais	563.300,00		563.300,00
Reserva de Contingência	100.000,00		100.000,00
Total da Despesa	14.713.760,00	5.286.240,00	20.000.000,00

III – Por Fontes:

Em R\$ 1,00

Discriminação	Fiscal	Seguridade	Total
Câmara Municipal		960.000,00	960.000,00
Gabinete do Prefeito		1.229.100,00	1.229.100,00
Secretaria de Administração		696.600,00	696.600,00
Secretaria de Finanças		1.218.400,00	1.218.400,00
Secretaria de Educação	1.781.000,00	5.699.900,00	7.480.900,00
Sec. De Agricultura e Meio Ambiente e D. Econômico		561.100,00	561.100,00
Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer		834.960,00	834.960,00
Sec. De Saúde		4.260.600,00	4.260.600,00
Sec. Do Trab e Ação Social		1.238.640,00	1.238.640,00
Sec. De Infra - Estrutura		1.519.700,00	1.519.700,00
Total Geral da Despesa	1.781.000,00	18.219.000,00	20.000.000,00

TCM IRCE VISTO

Ass. Gerente

Art. 5º Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a:

I – Abrir créditos suplementares nos limites e com os recursos abaixo indicados:

- Decorrentes de superávit financeiro até o limite de 5% (cinco por cento) do mesmo, de acordo com estabelecido no art. 43, parágrafo 1º, Inciso I e parágrafo 2º da Lei 4.320/64;
- Decorrentes do excesso de arrecadação até o limite de 5% (cinco por cento) do mesmo, conforme estabelecido no art. 43, parágrafo 1º, Inciso II parágrafo 3º e 4º da Lei 4.320/64;
- Decorrentes de anulação parcial ou total de dotações, conforme o estabelecido no art. 43, parágrafo 1º Inciso III da Lei 4.320/64, no limite de 5% (cinco por cento) das despesas autorizadas.

II – Efetuar operações de créditos por antecipação de receita, nos limites fixados pelo Senado Federal e na forma do disposto no artigo 38 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 6º Esta Lei vigorará de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2010.

Gabinete do Prefeito, em 30 de dezembro de 2009.

CLEIVALDO CARVALHO SANTA ROSA
Prefeito Municipal

**PODER LEGISLATIVO****MACROAÇÃO:**

AÇÃO/META	UNID. REF.	PRIORIDADES 2010
L1 - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E MANUTENÇÃO DA CÂMARA	PROJETO	01
L2 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	UNIDADE	01
L3 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PLENÁRIO	UNIDADE	01
L4 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	PESSOA	03
L5 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	EVENTO	02
L6 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	VEÍCULO	01
L7 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS (ASSESSORIA/CONSULTORIA)	SERVIÇO	03
L8 - AMPLIAÇÃO DO PREDIO DA CÂMARA PARA ABRIGAR O PLENÁRIO	UNIDADE	01

RISCOS FISCAIS

Artigo 4º, §3º da L.C. 101/00

ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

Campo A Passivo contingente, eventos fiscais imprevistos e outros riscos.	Campo B Valor Presumido do risco
Precatórios relativos a ações trabalhistas, bem como ações cíveis movidas em decorrência de contratações e/ou o não pagamento de vencimentos e vantagens fixas, não honorários por gestores anteriores.	150.000,00
Débito com o Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS, decorrente de retenções não recolhidas e o não recolhimento da parte patronal.	2.000.000,00
TOTAL	2.150.000,00

Campo C**Providências a serem adotadas caso as situações de risco se concretizem**

Para compensar eventuais desequilíbrios das metas fiscais, utilizar-se-ão, prioritariamente, os recursos consignados à conta da Reserva de Contingência, na forma da alínea "b" do inciso II do art. 6º da Lei Complementar Federal nº 101/00. Caso ainda persista o desequilíbrio, caberá ao Poder Executivo a reformulação do Anexo de Metas Fiscais. Como consequência desse desequilíbrio, a capacidade de empenho deverá ser limitada de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de Outras Despesas Correntes, investimentos e transferências de cada secretaria e do Poder Legislativo. Essa limitação será comunicada pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, indicando o montante que caberá a cada Poder tornar disponível para empenho e pagamento, na forma em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

Discriminação	1. AVALIAÇÃO		2. PROJEÇÃO			
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
I. RECEITA NÃO FINANCEIRA	15.663.946	17.660.352	19.558.840	22.130.827	25.041.031	28.333.926
II. DESPESA NÃO FINANCEIRA	15.100.303	17.290.270	19.137.899	21.664.532	24.502.103	27.724.130
III. RESULTADO PRIMÁRIO (I-II)	563.643	330.082	420.941	476.295	538.927	609.796
A) IV. RESULTADO NOMINAL	486.829	338.717	375.129	424.459	480.275	544.839
B) V. DÍVIDA LÍQUIDA	10.526.317	12.114.761	11.569.597	11.105.813	10.718.074	10.375.096

Descrição	1. AVALIAÇÃO		2. PROJEÇÃO			
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
I. RECEITA NÃO FINANCEIRA	15.663.946	17.660.352	19.558.840	22.130.827	25.041.031	28.333.926
II. DESPESA NÃO FINANCEIRA	15.100.303	17.290.270	19.137.899	21.664.532	24.502.103	27.724.130
III. RESULTADO PRIMÁRIO (I-II)	563.643	330.082	420.941	476.295	538.927	609.796
A) IV. RESULTADO NOMINAL	486.829	338.717	375.129	424.459	480.275	544.839
B) V. DÍVIDA LÍQUIDA	10.526.317	12.114.761	11.569.597	11.105.813	10.718.074	10.375.096
INDICADORES DE INFLAÇÃO	5,50%	5,00%	4,50%	4,00%	3,50%	3,20%

A) art. 4º, § 1º da Resolução TCM 460

B) Dívida Líquida = Dívida Consolidada ou Fundada - (disponibilidades de caixa + aplicações financeiras + demais ativos financeiros)

C) Registrando que os valores projetados neste anexo tem como base nas expectativas de crescimento do PIB do Município tomando como referência o exercício de 2006.

TCM IRCE VISTO

Servidor



DESCRIÇÃO	2005	2006
RECEITA TOTAL	15.748.760,86	17.701.716,74
(-) APLICAÇÃO FINANCEIRA	76.814,19	41.364,85
(-) AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	-	-
(-) ALIENAÇÃO DE BENS	-	-
(-) OPERAÇÃO DE CRÉDITO	-	-
I. RECEITA NÃO FINANCEIRA	15.661.945,87	17.660.351,89
DESPESA TOTAL	15.946.838,97	17.569.079,26
(-) JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-
(-) AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	846.536,32	688.809,51
DESPESA NÃO FINANCEIRA	15.100.302,65	17.280.269,75

PROJEÇÃO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA FY 2005	76.814,19
PROJEÇÃO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA FY 2006	41.364,85
PROJEÇÃO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA FY 2007	45.811,57
PROJEÇÃO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA FY 2008	51.835,79
PROJEÇÃO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA FY 2009	59.662,20
PROJEÇÃO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA FY 2010	64.567,31

ANEXO I - METAS FISCAIS

ANEXO II - METAS FISCAIS

III - Evolução do Patrimônio Líquido - 2004 a 2006

(art. 4º, § 2º, III, da Lei Complementar Federal nº 101/00)

Valor em R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Ano 2004	Ano 2005	%	Ano 2006	%
	Valor em R\$	Valor em R\$		Valor em R\$	
Ativo Real	4.150.858	5.002.714	20,52	6.663.981	24,93
Passivo Real	11.955.965	13.036.063	9,03	14.848.606	12,21
Patrimônio Líquido	(7.805.127)	(8.033.349)	2,92	(8.184.625)	1,85

IV - Metas Anuais - 2007 - 2010

(art. 4º, § 2º, III, da Lei Complementar Federal nº 101/00)

Valor em R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	METAS ANUAIS			
	2007	2008	2009	2010
I. Receitas Não-Financeiras	19.550.040	22.130.827	25.041.031	28.333.157
II. Despesas Não-Financeiras	19.137.899	21.654.532	24.502.103	27.724.000
III. Resultado Primário (I-II)	420.941	476.295	538.927	609.156
IV. Resultado Nominal	375.129	424.459	480.275	544.839
V. Montante da Dívida	11.669.597	11.106.813	10.716.074	10.375.026

V - Demonstrativo de Alienação de Bens

(art. 4º, § 2º, III, da Lei Complementar Federal nº 101/00)

Valor em R\$ 1,00

Alienação de Bens	2007	2008	2009	2010
Alienação de Bens Móveis				
Alienação de Bens de Natureza Industrial				
Alienação de Bens Imóveis Rurais				
Alienação de Bens Imóveis Urbanos				
Alienação de Outros Bens Imóveis				
Total				

VI - Demonstrativo da estimativa da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado

(art. 4º, § 2º, V, da Lei Complementar Federal nº 101/00)

Valor em R\$ 1,00

Especificação	2007	2008	2009	2010
Renúncia de Receita	110.000	170.000	210.000	260.000
Expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado	160.000	187.200	215.200	244.380
Total	270.000	357.200	425.200	504.380



DESCRIÇÃO	LOA 2006	REALIZADO 2006	VARIAÇÃO %
I. Receitas Não-Financeiras	18.370.684,00	17.660.351,89	96,13
II. Despesas Não-Financeiras	17.653.474,00	17.280.269,75	96,79
III. Resultado Primário (I-II)	517.210,00	380.082,14	73,49
IV. Resultado Nominal	491.220,00	338.717,29	68,95
V. Montante da Dívida	12.114.760,81	688.809,51	5,69

ANEXO III - METAS FISCAIS

Conforme estabelecido no art. 4º, § 1º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, as metas anuais da Administração Pública do Município de São Paulo, em valores correntes e constantes, das receitas, despesas, resultados primário e nominal, assim como do montante da dívida pública para o triênio 2010 – 2012, estão a seguir descritas:

Valores Correntes em R\$ 1,00

Descrição	2010	2011	2012
I. Receitas Não-Financeiras	22.130.827	25.041.031	28.333.926
II. Despesas Não-Financeiras	21.654.532	24.502.103	27.724.130
III. Resultado Primário (I-II)	476.295	538.927	609.796
IV. Resultado Nominal	424.459	489.275	544.839
V. Montante da Dívida	11.106.813	10.718.074	10.375.096

Valores Constantes em R\$ 1,00

Descrição	2010	2011	2012
I. Receitas Não-Financeiras	22.130.827	25.041.031	28.333.926
II. Despesas Não-Financeiras	21.654.532	24.502.103	27.724.130
III. Resultado Primário (I-II)	476.295	538.927	609.796
IV. Resultado Nominal	424.459	489.275	544.839
V. Montante da Dívida	11.106.813	10.718.074	10.375.096
Indicadores de Inflação	4,0%	3,5%	3,2%

Deflacionado pelo IGPDI - FGV - Fonte: 2114

Preços médios de 2004

Para se chegar aos valores constantes, as metas anuais do ano de 2010 a 2012 foram deflacionadas pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna da Fundação Getúlio Vargas (IGP/DI-FGV).

Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:

- 1 - as receitas não-financeiras correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda), operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de bens;
- 2 - as despesas não-financeiras correspondem às despesas fiscais líquidas, que são resultantes do somatório das despesas correntes e de capital, excluídas as despesas de juros e encargos e amortização da dívida pública;
- 3 - o resultado primário corresponde à diferença entre as receitas não-financeiras e as despesas não-financeiras;
- 4 - o resultado nominal corresponde ao resultado primário menos o pagamento dos juros e encargos da dívida líquida, isto é, juros e encargos da dívida deduzidas as receitas de juros de títulos de renda;
- 5 - o montante da dívida pública corresponde ao fluxo da dívida fundada, ou seja, amortizações do principal e juros e encargos da dívida, devidos em cada exercício.

As metas fiscais previstas para os próximos três exercícios consistem na obtenção de resultados primários voltados para o equilíbrio fiscal.

Em função dos resultados supracitados relativos à dívida pública, consequentemente os resultados primário e nominal apresentam-se crescentes.

I - Avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior

(art. 4º, § 2º, I, da Lei Complementar Federal nº 101/00)

Valores Constantes em R\$ 1,00

Discriminação	LOA 2007	Realizado 2007	Varição %	LOA 2008	Realizado 2008	Varição %
I. Receitas Não-Financeiras	18.370.684	17.660.351	96,13	18.370.684	17.660.351	96,13
II. Despesas Não-Financeiras	17.653.474	17.280.269	96,79	17.653.474	17.280.269	96,79
III. Resultado Primário (I-II)	517.210	380.082	73,49	517.210	380.082	73,49
IV. Resultado Nominal	491.220	338.717	68,95	491.220	338.717	68,95
V. Montante da Dívida	12.114.760	688.809	5,69	12.114.760	688.809	5,69



Conforme estabelecido pelo inciso III, do art. 63, da LRF, a elaboração do Anexo de Metas Fiscais, por municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes passa a ser obrigatória a partir do exercício de 2005, na LDO que orientará a elaboração do Orçamento de 2010. Diante disso, para esses municípios a aplicabilidade do Demonstrativo de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior e do Demonstrativo de Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos três exercícios anteriores será restrita àqueles que tenham elaborado metas fiscais para exercícios orçamentários anteriores ao exercício de 2008, assim sendo, limitamo-nos a demonstrar apenas a variação ocorrida nos exercícios financeiros de 2007 e 2008.

Esse comportamento pode ser explicado pelos números favoráveis que a dinâmica econômica do Município tem proporcionado.

II - Demonstrativo das Metas Anuais

(art. 4º, § 2º, II, da Lei Complementar Federal nº 101/00)

As metas da Administração Pública Municipal propostas para o período de 2010 a 2012, nos termos do inciso II do § 2º do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101/00, foram definidas considerando o atual cenário macroeconômico, bem como o incremento da receita, projetada com base no crescimento da arrecadação municipal.

Discriminação	METAS ANUAIS		
	2010	2011	2012
I. Receitas Não-Financeiras	22.130.827	25.041.031	26.333.926
II. Despesas Não-Financeiras	21.554.532	24.502.193	27.724.130
III. Resultado Primário (I-II)	476.295	538.837	609.796
IV. Resultado Nominal	424.459	480.275	544.839
V. Montante da Dívida	11.106.813	10.718.074	10.375.096

A meta projetada pela Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças para a realização da receita das fontes do tesouro considerou uma eficácia tributária do IPTU para 2009 de 10,75%, evoluindo para 13,15% nos demais anos. Nessa projeção da receita foi considerado para os três exercícios o indicador de inflação mensurado pelo IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna da FGV), sendo aplicado os índices de 4% para 2010, 3,5% para 2011 e 3,2% para 2012. O outro parâmetro utilizado refere-se ao PIB municipal, exigência da LRF, que indica o crescimento econômico de São Paulo para os três anos em questão.

Por sua vez, as receitas de outras fontes foram projetadas para o triênio 2010/2012 pelas próprias unidades orçamentárias arrecadoras, sendo consolidadas pela Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças.

Para a projeção da despesa buscou-se respeitar a proporcionalidade histórica dos gastos, principalmente para as unidades orçamentárias que possuem fontes de recursos vinculados, no entanto essa regra não foi aplicada por completo. As despesas com pessoal foram projetadas buscando aproximar-se ao máximo possível da realidade, considerando os vários eventos legalmente concedidos.

As previsões de pagamento da dívida consolidada para o triênio 2010-2012 tiveram como parâmetros a projeção da receita líquida real, os indexadores definidos nos instrumentos contratuais (SELIC, TR, TJLP, IGP-M e IGP-DI), além da base março de 2009 e a projeção mediana da taxa de câmbio pesquisada junto ao BACEN (Banco Central do Brasil), nos limites definidos nas Leis nºs 8.727/93 e 9.496/97.

Verifica-se que os valores das metas projetadas para os anos de 2010 a 2012 contemplam esforço de arrecadação fiscal, assim como a perspectiva de crescimento econômico mensurado pela progressiva evolução do PIB de São Paulo, acarretando um crescimento na arrecadação. Nessas projeções, evidenciam-se taxas de crescimento decrescentes para as despesas relativamente à arrecadação de receitas, necessárias para geração de resultados primário e nominal suficientes para manutenção dos compromissos com pagamento da dívida pública.

III - Evolução do Patrimônio Líquido - 2006 a 2008

(art. 4º, § 2º, III, da Lei Complementar Federal nº 101/00)

A evolução do Patrimônio Líquido do Município nos últimos três exercícios, na forma do inciso III do § 2º do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101/00, está demonstrada no quadro a seguir, visualizando-se, no período em análise, que o Passivo Real a Descoberto cresceu de R\$ 8.033.349,03 em 31/12/2007 para R\$ 8.184.625 em 31/12/2008.

Patrimônio Líquido	Valor R\$ 1,00		
	Ano de 2006	Ano de 2007	Ano de 2008
Ativo Real	4.150.857,61	5.007.714,07	6.663.981
Passivo Real	11.955.984,85	13.036.063,10	14.848.605
Patrimônio Líquido	- 7.805.127,24	- 8.033.349,03	- 8.184.625,00

que investem no país, assim como dificultar a retomada interna de crescimento econômico.

As ações judiciais contra o Município são passivas a considerar. Elas são de diversas origens e sua mensuração é complexa e imprecisa, pois dependem da probabilidade de decisões judiciais desfavoráveis. Salientamos que as decisões judiciais já transitadas em julgado são tratadas como precatórios, depois de atendida a fase do art. 730 do Código de Processo Civil.

Para compensar eventuais desequilíbrios das metas fiscais, utilizar-se-ão, primeiramente, os recursos consignados à conta da Reserva de Contingência, na forma da alínea "b" do inciso III do art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101/00. Caso ainda perdure o desequilíbrio, caberá ao Poder Executivo a reformulação do Anexo de Metas Fiscais. Como consequência desse desequilíbrio, a capacidade de empenho deverá ser limitada de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de Outras Despesas Correntes, Investimentos e Inversões Financeiras de cada Poder. Essa limitação será comunicada pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo e ao Ministério Público, indicando o montante que caberá àquele Poder tornar indisponível para empenho e pagamento, na forma em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Sitio do Quinto

EVOLUÇÃO DA RECEITA E DESPESA				EXERCÍCIO DE 2010
Receita Arrecadada nos Três Últimos Exercícios			Receita prevista Para	Receita prevista Para
2006	2007	2008	2009	2010
0,00	0,00	0,00	15.769.857,00	20.000.000,00



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Sitio do Quinto

DESPESA POR ÓRGÃO (ORÇAMENTO FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL)				EXERCÍCIO DE 2010
Órgãos	Orçamento Fiscal	Orçamento da Seguridade Social	Total	
01 - CÂMARA MUNICIPAL	960.000,00		960.000,00	
02 - GABINETE DO PREFEITO	1.229.100,00		1.229.100,00	
03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	696.600,00		696.600,00	
04 - SECRETARIA DE FINANÇAS	1.218.400,00		1.218.400,00	
05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	7.480.900,00		7.480.900,00	
06 - SEC. AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DES.	561.100,00		561.100,00	
07 - SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER	834.960,00		834.960,00	
08 - SECRETARIA DE SAÚDE		4.260.600,00	4.260.600,00	
09 - SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	266.300,00		266.300,00	
09 - SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL		972.340,00	972.340,00	
10 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	1.466.400,00		1.466.400,00	
10 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA		53.300,00	53.300,00	
Total :	14.713.760,00	5.286.240,00	20.000.000,00	

TCM IRCE VISTO

Ass. Servidor



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Sitio do Quinto

DESPESA POR ÓRGÃO (CAPITAL CORRENTE)				EXERCÍCIO DE 2010
Órgãos	Despesa de Capital	Despesa Corrente	Total	
01 - CÂMARA MUNICIPAL	198.000,00	762.000,00	960.000,00	
02 - GABINETE DO PREFEITO	368.600,00	860.500,00	1.229.100,00	
03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	50.800,00	645.800,00	696.600,00	
04 - SECRETARIA DE FINANÇAS	153.400,00	1.065.000,00	1.218.400,00	
05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	1.262.200,00	6.218.700,00	7.480.900,00	
06 - SEC. AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DES.	381.800,00	179.300,00	561.100,00	
07 - SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER	422.000,00	412.960,00	834.960,00	
08 - SECRETARIA DE SAÚDE	1.237.900,00	3.022.700,00	4.260.600,00	
09 - SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	724.540,00	514.100,00	1.238.640,00	
10 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	555.400,00	964.300,00	1.519.700,00	
Total :	5.295.240,00	14.704.760,00	20.000.000,00	



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Sítio do Quinto

DESPESA POR FUNÇÃO

EXERCÍCIO DE 2010

Funções	Orçamento Fiscal	Orçamento da Seguridade Social	Total
01 - LEGISLATIVA	960 000,00		960 000,00
04 - ADMINISTRAÇÃO	2 398 300,00		2 398 300,00
04 - ADMINISTRAÇÃO		103 200,00	103 200,00
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	118 000,00		118 000,00
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	63 400,00		63 400,00
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL		869 140,00	869 140,00
10 - SAÚDE		3 930 900,00	3 930 900,00
12 - EDUCAÇÃO	7 480 900,00		7 480 900,00
13 - CULTURA	557 000,00		557 000,00
15 - URBANISMO	896 100,00		896 100,00
16 - HABITAÇÃO	202 900,00		202 900,00
17 - SANEAMENTO		383 000,00	383 000,00
18 - GESTÃO AMBIENTAL	84 200,00		84 200,00
20 - AGRICULTURA	543 500,00		543 500,00
25 - ENERGIA	289 300,00		289 300,00
26 - TRANSPORTE	246 900,00		246 900,00
27 - DESPORTO E LAZER	239 900,00		239 900,00
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	563 300,00		563 300,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100 000,00		100 000,00
Total :	14.713.760,00	5.286.240,00	20.000.000,00



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Sítio do Quinto

RECEITA POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

EXERCÍCIO DE 2010

RECEITAS	TESOURO	
1.0 - Receitas Correntes		20.061.697,87
1.1 - Receita Tributária	647.852,20	
1.3 - Receita Patrimonial	44.465,60	
1.6 - Receita de Serviços	13.000,00	
1.7 - Transferências Correntes	19.261.203,00	
1.9 - Outras Receitas Correntes	75.377,07	
2.0 - Receitas de Capital		2.262.038,93
2.1 - Operações de Crédito	38.040,00	
2.2 - Alienação de Bens	63.400,00	
2.4 - Transferências de Capital	2.160.598,93	
9.0 - Receitas Refinanciadoras		-2.323.736,80
9.7 - Receitas Refinanciadoras	-2.323.736,80	
Total da Receita :		20.000.000,00



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Sítio do Quinto

RELAÇÃO DAS DESPESAS POR FONTE DE RECURSOS

EXERCÍCIO DE 2010

Funções	Descrição	Valor Fixado
00	Ordinária Livre	6.797.860,00
01	Rec de Impostos e Transferência - Educ -	1.781.000,00
02	Rec de Impostos e Transferência - Saúde -	2.087.700,00
04	Contrib. ao Prog. Ens. Fundamental - Sal.	261.100,00
14	Transf. do Rec do Sistema Único de Saúde -	2.147.500,00
15	Transf. do Rec do F. Nacional de Des. da Educ. -	885.600,00
18	Transf. FUNDEB - 60%	2.929.000,00
19	Transf. FUNDEB - 40%	1.172.800,00
22	Transferência de Convênios - Educação	76.000,00
23	Transferência de Convênios - Saúde	126.800,00
24	Transferência de Convênios - Outros	863.000,00
29	Transferências de Recursos do FNAS	671.640,00
Total :		20.000.000,00

TCM IRCE VISTO

Ass. Servidor



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Sítio do Quinto

RELAÇÃO DAS RECEITAS POR FONTE DE RECURSOS

EXERCÍCIO DE 2010

Funções	Descrição	Valor Fixado
00	Ordinária Livre	7.147.975,76
01	Rec de Impostos e Transferência - Educ - 25%	3.004.117,32
02	Rec de Impostos e Transferência - Saúde - 15%	1.838.901,99
14	Transf de Rec do Sistema Único de Saúde - SUS	645.412,00
15	Transf de Rec do F Nacional de Des da Educ - FNDE	311.294,00
16	Contrib de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	53.400,00
18	Transf FUNDEB - 60%	4.311.200,00
19	Transf FUNDEB - 40%	659.360,00
22	Transferência de Convênios - Educação	418.440,00
23	Transferência de Convênios - Saúde	465.356,00
24	Transferência de Convênios - Outros	2.480.134,93
29	Transferências de Recursos do FNAS	268.024,00
30	Transferências do FIES	35.504,00
42	Royalties/Fundo Especial do Petróleo	136.944,00
90	Operações de Crédito Internas	38.040,00
92	Alienação de Bens	63.400,00
94	Remuneração de Depósitos Bancários	-1.937.504,00
Total:		20.000.000,00



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Sítio do Quinto

Anexo II da Lei 4320/64

DEMONSTRATIVO DA RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

EXERCÍCIO DE 2010

Código	Descrição	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
1.0.0.0.00.00	Receitas Correntes			20.061.697,87
1.1.0.0.00.00	Receita Tributária		647.652,20	
1.1.1.0.00.00	Impostos		625.569,00	
1.1.1.2.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda		410.029,00	
1.1.1.2.02.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial	13.140,00		
1.1.1.2.02.01.00	IPPU - Recurso Livre	8.300,00		
1.1.1.2.02.02.00	IPPU - Vinculado à Educação 25%	2.750,00		
1.1.1.2.02.03.00	IPPU - Vinculado à Saúde 15%	2.090,00		
1.1.1.2.04.00.00	Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer	346.705,00		
1.1.1.2.04.00.01	IRRF - Recurso Livre	209.220,00		
1.1.1.2.04.00.02	IRRF - Vinculado à Educação 25%	67.180,00		
1.1.1.2.04.00.03	IRRF - Vinculado à Saúde - 15%	52.305,00		
1.1.1.2.06.00.00	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens	48.184,00		
1.1.1.2.06.00.01	ITSS - Recurso Livre	28.910,40		
1.1.1.2.06.00.02	ITSS - Vinculado à Educação 25%	12.040,00		
1.1.1.2.06.00.03	ITSS - Vinculado à Saúde - 15%	7.227,60		
1.1.1.3.05.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	215.560,00		
1.1.1.3.05.01.01	ISS - Recurso Livre	128.575,20		
1.1.1.3.05.01.02	ISS - Vinculado à Educação - 25%	53.573,00		
1.1.1.3.05.01.03	ISS - Vinculado à Saúde - 15%	32.143,80		
1.1.1.3.05.02.01	ISS - Simples Nacional - Rec. Livre	760,80		
1.1.1.3.05.02.02	ISS - Simples Nacional - Rec. Vinc. Educ 25%	317,00		
1.1.1.3.05.02.03	ISS - Simples Nacional - Rec. Vinc. Educ 15%	190,20		
1.1.2.0.00.00.00	Taxas		22.063,20	
1.1.2.1.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia		20.795,20	
1.1.2.1.17.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	7.608,00		
1.1.2.1.25.00.00	Taxa de Licença para Funcionamento de	7.608,00		
1.1.2.1.26.00.00	Taxa de Publicidade Comercial	1.394,80		
1.1.2.1.29.00.00	Taxa de Licença para Execução de Obras	1.394,80		
1.1.2.1.99.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	2.789,00		
1.1.2.2.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços		1.268,00	
1.1.2.2.03.00.00	Taxa pela Venda de Emissões	253,00		
1.1.2.2.04.00.00	Taxa pela Remoção de Entulho	126,00		
1.1.2.2.90.00.00	Diversas taxas p/ Prestação de Serviços	887,00		
1.3.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial		44.405,60	
1.3.1.0.00.00.00	Receitas Imobiliárias		1.394,80	
1.3.1.0.00.00.01	Receitas Imobiliárias	1.394,80		
1.3.2.0.00.00.00	Receitas de Valores Mobiliários		41.970,80	
1.3.2.0.00.00.01	Receita de Valores Mobiliários	1.394,80		
1.3.2.5.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários		40.576,00	
1.3.2.5.01.00.00	Remuneração Depósitos Recursos Vinculados	31.700,00		
1.3.2.5.01.99.00	Rec. Rem. Outros Dep. Banc. Rec. Vinculados	31.700,00		
1.3.2.5.02.00.00	Remun. Dep. Rec. Não Vinculados	8.870,00		
1.3.2.5.02.99.00	Rem. Outros Dep. Rec. Não Vinculados	8.870,00		

TCM IRCE VISTO

Ass. Servidor

**Continuação**

1.3.9.0.00.00.00	Outras Receitas Patrimoniais		1.100,00
1.3.9.0.00.99.00	Outras Receitas Patrimoniais	1.100,00	
1.6.0.0.00.00.00	Receita de Serviços		13.000,00



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Sitio do Quinto

Anexo II da Lei 4320/64

DEMONSTRATIVO DA RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

EXERCÍCIO DE 2010

Código	Descrição	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
1.6.0.0.00.00.00	Serviços de Saúde	10.000,00		
1.6.0.0.00.01.00	Serviços Hospitalares	10.000,00		
1.6.0.0.00.02.00	Outros Serviços	3.000,00		
1.7.0.0.00.00.00	Transferências Correntes		19.261.203,00	
1.7.2.0.00.00.00	Transferências Intergovernamentais		16.108.303,00	
1.7.2.1.00.00.00	Transferências da União		11.375.214,00	
1.7.2.1.01.00.00	Participação na Receita da União	9.952.670,00		
1.7.2.1.01.02.01	PPM - Recurso Livre	5.934.240,00		
1.7.2.1.01.02.02	PPM - Vinculado a Educação - 25%	2.472.600,00		
1.7.2.1.01.02.03	PPM - Vinculado a Saúde - 15%	1.482.560,00		
1.7.2.1.01.05.01	ITR - Recurso Livre	6.240,00		
1.7.2.1.01.05.02	ITR - Vinculado a Educação - 25%	1.585,00		
1.7.2.1.01.05.03	ITR - Vinculado a Saúde - 15%	661,00		
1.7.2.1.01.13.00	Cota-Parte da CIDE	53.400,00		
1.7.2.1.22.00.00	Transf. da Comp. Fin. p/ Explo. Rec. Naturais	136.944,00		
1.7.2.1.22.50.00	Cota-Parte Royalties pela Participação Especial -	10.144,00		
1.7.2.1.22.70.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	126.800,00		
1.7.2.1.33.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Unico de	645.412,00		
1.7.2.1.33.01.00	PAB - Fixo	66.760,00		
1.7.2.1.33.02.00	PSF - Programa Saúde da Família	253.600,00		
1.7.2.1.33.03.00	PACS	215.560,00		
1.7.2.1.33.04.00	ECD - Vigilância Epidemiológica	22.824,00		
1.7.2.1.33.05.00	Farmácia Básica	6.674,00		
1.7.2.1.33.06.00	Ações Básicas Vigilância Sanitária	6.674,00		
1.7.2.1.33.07.00	Programa Saúde Bucal	25.360,00		
1.7.2.1.33.99.00	Outros Programas Fundo a Fundo	25.360,00		
1.7.2.1.34.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de	268.024,00		
1.7.2.1.34.01.00	FNAS - Bolsa Família	12.680,00		
1.7.2.1.34.02.00	FNAS - PAC - Prog. Aliment. Crianças	10.144,00		
1.7.2.1.34.03.00	PCTI - Prog. Erradicação Trabalho Infantil	76.080,00		
1.7.2.1.34.04.00	Benefício da Prestação Continuada	12.880,00		
1.7.2.1.34.05.00	Pro-jovem Adolescente - PIVJ	55.000,00		
1.7.2.1.34.99.00	Outras Trans. Rec. FNAS	101.440,00		
1.7.2.1.35.00.00	Transferências de Recursos - FNDE	311.294,00		
1.7.2.1.35.01.00	Transferências de Salário-Educação - QSE	50.720,00		
1.7.2.1.35.02.00	Transferências de Recursos - FNDE / FODE	13.548,00		
1.7.2.1.35.03.00	Transferências de Recursos - FNDE / PNAE	152.160,00		
1.7.2.1.35.04.00	Transferências de Recursos - FNDE / PNATE	38.040,00		
1.7.2.1.35.05.00	Transferências de Recursos - FNDE / PNAE	4.438,00		
1.7.2.1.35.06.00	Educação Jovem e Adultos - EJA	13.548,00		
1.7.2.1.35.99.00	Outras Transferências Diretas do Fundo	38.040,00		
1.7.2.1.36.00.00	Transf. Financ. L.C. nº 87/96 (ICMS - Exportação)	31.100,00		
1.7.2.1.36.01.00	ICMS Exportação - Recurso Livre	19.020,00		
1.7.2.1.36.02.00	ICMS Exportação - Vinc. a Educ. 25%	7.925,00		
1.7.2.1.36.03.00	ICMS Exportação - Vinc. a Saúde - 15%	4.155,00		
1.7.2.1.99.00.00	Outras Transferências da União	29.164,00		
1.7.2.1.99.01.00	Demais Transf. da União	19.020,00		

TCM IRCE VISTO

Ass. Servidor



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Sitio do Quinto

Anexo II da Lei 4320/64

DEMONSTRATIVO DA RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

EXERCÍCIO DE 2010

Código	Descrição	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
1.7.2.1.99.02.00	FCA - Auxílio para Fomento das Exportações	10.144,00		
1.7.2.2.00.00.00	Transferências dos Estados		1.762.529,00	
1.7.2.2.01.00.00	Participação na Receita dos Estados	1.716.881,00		
1.7.2.2.01.01.01	ICMS - Recurso Livre	989.040,00		
1.7.2.2.01.01.02	ICMS - Vinculado Educação - 25%	412.100,00		
1.7.2.2.01.01.03	ICMS - Vinculado a Saúde - 15%	247.260,00		
1.7.2.2.01.02.01	IPVA - Recurso Livre	7.608,00		
1.7.2.2.01.02.02	IPVA - Vinculado a Educação - 25%	3.179,00		
1.7.2.2.01.02.03	IPVA - Vinculado a Saúde - 15%	1.907,00		
1.7.2.2.01.04.01	IR - Recurso Livre	21.307,40		



Continuação

1.7.2.01.04.02	IPR - Vinculado a Educação - 25%	8.870,00	
1.7.2.01.04.03	IPR - Vinculado a Saúde - 15%	5.325,00	
1.7.2.01.14.00	Fundo de Cultura de Bahia - FICBA	20.288,00	
1.7.2.99.00.00	Outras Transferências dos Estados	45.648,00	
1.7.2.99.01.00	Cota Parte - FIES - Lei 8.002	25.504,00	
1.7.2.99.99.00	Demais Transf. do Estado	10.144,00	
1.7.2.00.00.00	Transferências Multigovernamentais		4.970.562,00
1.7.2.01.00.00	Transferências do FUNDEB	4.311.200,00	
1.7.2.02.00.00	Transferências do FUNDEB - Compl. União	659.360,00	
1.7.6.00.00.00	Transferências de Convênios		1.172.800,00
1.7.6.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União e de suas Ent.		834.000,00
1.7.6.1.02.00.00	Transferências de Convênios da União Destinadas	418.440,00	
1.7.6.1.02.01.00	Convênio da União Dest. Prog. Educação	152.160,00	
1.7.6.1.02.02.00	Convênio da União para Saúde	177.520,00	
1.7.6.1.02.03.00	Convênio da União para Assistência Social	88.760,00	
1.7.6.1.99.01.00	Demais Transf. do Convênio da União	215.160,00	
1.7.6.2.00.00.00	Transferências de Convênios dos Estados e do Dist.		538.800,00
1.7.6.2.01.00.00	Convênio dos Estados para a Saúde	139.480,00	
1.7.6.2.02.00.00	Convênio do Estado para Educação	139.480,00	
1.7.6.2.03.00.00	Convênio com o FEAS	69.740,00	
1.7.6.2.99.00.00	Outras Transferências de Convênios dos Estados	190.200,00	
1.9.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes		75.377,07
1.9.1.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		8.608,00
1.9.1.1.00.00.00	Multas e Juros de Mora dos Tributos		2.536,00
1.9.1.1.00.00.01	Multas e Juros dos Tributos - Rec. Lutas	1.521,00	
1.9.1.1.00.00.02	Multas e Juros dos Tributos - Rec. Educação	634,00	
1.9.1.1.00.00.03	Multas e Juros dos Tributos - Rec. Saúde 15%	380,40	
1.9.1.8.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas		5.072,00
1.9.1.8.99.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	5.072,00	
1.9.1.8.99.00.01	Outras Multas e Juros	5.072,00	
1.9.1.9.00.00.00	Multas de Outras Origens		1.000,00
1.9.1.9.51.00.00	Multas Impostas pelo TCM BA	1.000,00	
1.9.2.0.00.00.00	Indenizações e Restituições		19.020,00
1.9.3.0.00.00.00	Receita da Dívida Ativa		9.709,07
1.9.3.1.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária		5.459,28
1.9.3.1.00.00.01	Dívida Ativa Tributária - Rec. Luta	3.245,57	
1.9.3.1.00.00.02	Dívida Ativa Tributária - Vinc. Educação 25%	1.252,32	



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Sitio do Quinto

Anexo 9 da Lei 4320/64

DEMONSTRATIVO DA RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

EXERCÍCIO DE 2010

Código	Descrição	Descobrimento	Fonte	Categoria Econômica
1.9.3.1.00.00.03	Dívida Ativa Tributária - Vinc. a Saúde 15%	811,39		
1.9.3.2.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não Tributária		4.298,79	
1.9.3.2.99.00.00	Receita da Dívida Ativa Não Tributária de Outras R.	4.298,79		
1.9.3.2.99.03.00	Dívida Ativa não Tributária	4.298,79		
1.9.9.0.00.00.00	Receitas Diversas		38.040,00	
1.9.9.0.99.00.00	Outras Receitas	38.040,00		
2.0.0.0.00.00.00	Receitas de Capital			
2.1.0.0.00.00.00	Operações de Crédito		38.040,00	
2.1.1.0.00.00.00	Operações de Crédito Internas		38.040,00	
2.1.1.0.01.00.00	Operações de Crédito Internas	38.040,00		
2.2.0.0.00.00.00	Alienação de Bens		63.400,00	
2.2.1.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis		25.360,00	
2.2.1.0.01.00.00	Alienação de Bens Móveis	25.360,00		
2.2.2.0.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis		38.040,00	
2.2.2.0.01.00.00	Alienação de Bens Imóveis	38.040,00		
2.4.0.0.00.00.00	Transferências de Capital		2.160.598,93	
2.4.7.0.00.00.00	Transferências de Convênios		2.160.598,93	
2.4.7.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União e de suas Ent.		1.175.436,00	
2.4.7.1.01.00.00	Transferências de Convênios da União para a	72.270,00		
2.4.7.1.01.01.00	Convênio da União para Saúde	72.270,00		
2.4.7.1.02.00.00	Transferências de Convênios da União destinadas	50.720,00		
2.4.7.1.02.01.00	Convênio da União para a Educação	50.720,00		
2.4.7.1.03.00.00	Transferências de Convênios da União destinadas	76.080,00		
2.4.7.1.03.01.00	Convênio da União para Assistência Social	76.080,00		
2.4.7.1.99.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	976.303,00		
2.4.7.1.99.01.00	Outros Convênios da União	976.303,00		
2.4.7.2.00.00.00	Transferências de Convênios dos Estados e do Dist.		985.162,93	
2.4.7.2.01.00.00	Convênios do Estado para Saúde	76.080,00		
2.4.7.2.02.00.00	Convênios do Estado para Educação	76.080,00		
2.4.7.2.03.00.00	Convênios do Estado para Assistência Social	76.080,00		
2.4.7.2.99.00.00	Outras Transferências de Convênios dos Estados	756.002,93		
9.9.0.0.00.00.00	Receitas Retificadoras			-2.323.730,80

2.262.036,93

TCM IRCE VISTO

Ass. Servidor

**Continuação**

9720000000	Receitas Refundadoras	-2.323.736,80	
9720000000	Ded. da Rec. p/ Form. FUNDEB	-2.323.736,80	
9721010200	Ded. Rec. Form. FUNDEB - FPM	-1.978.080,00	
9721010500	Ded. Rec. Form. FUNDEB - ITR	-1.268,00	
9721360000	Ded. Rec. Form. FUNDEB - ICMS Exportação	6.340,00	
9722010100	Ded. Rec. Form. FUNDEB - ICMS	-329.680,00	
9722010300	Ded. Rec. Form. FUNDEB - IPVA	-1.268,00	
9722010400	Ded. Rec. Form. FUNDEB - IR Exportação	-7.100,80	
Total da Receita :		20.000.000,00	



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Sítio do Quinto

Anexo II da Lei 4320/64

CONSOLIDAÇÃO DA DESPESA

EXERCÍCIO DE 2010

Código	Descrição	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			14.604.760,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			6.477.250,00
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		6.477.250,00	
3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	526.870,00		
3.1.90.09.00.00	SALÁRIO FAMÍLIA	1.500,00		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	4.600.680,00		
3.1.90.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	429.960,00		
3.1.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECOR. CONTR.	527.800,00		
3.1.90.34.01.00	OUTRAS DESP. PESSOAL DECOR. TERCEIROS DE	527.800,00		
3.1.90.91.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	125.600,00		
3.1.90.92.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	204.960,00		
3.2.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			9.500,00
3.2.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		9.500,00	
3.2.90.21.00.00	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	9.500,00		
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			8.118.010,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		8.118.010,00	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	183.250,00		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	2.656.700,00		
3.3.90.32.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	33.200,00		
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	591.800,00		
3.3.90.35.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	421.800,00		
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA	1.919.500,00		
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA	1.781.500,00		
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	138.500,00		
3.3.90.48.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS	43.300,00		
3.3.90.91.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	50.700,00		
3.3.90.92.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	236.980,00		
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	20.900,00		
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			5.295.240,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			5.125.740,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		5.125.740,00	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	3.489.840,00		
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.442.400,00		
4.4.90.52.48.00	VEÍCULOS DIVERSOS	150.000,00		
4.4.90.61.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	35.400,00		
4.4.90.92.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.100,00		
4.5.00.00.00.00	INVERSÕES FINANCEIRAS			6.600,00
4.5.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		6.600,00	
4.5.90.61.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	6.600,00		
4.6.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA			163.900,00
4.6.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		163.900,00	
4.6.90.71.00.00	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADA	163.900,00		
9.0.00.00.00.00	Reserva de Contingência			100.000,00

Ass. Servidor



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Sítio do Quinto

Anexo II da Lei 4320/64

CONSOLIDAÇÃO DA DESPESA

EXERCÍCIO DE 2010

Código	Descrição	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Total da Despesa :				20.000.000,00



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Sítio do Quinto

RELAÇÃO DOS PROJETOS E ATIVIDADES

EXERCÍCIO DE 2010

Código	Órgão	Funcional	Descrição	Valor Fixado
1.001	1	01	Construção da Câmara Municipal	165.000,00
1.002	1	01	Reequipamento da Câmara Municipal	33.000,00
2.001	1	01	Manutenção dos Serviços Relacionados com Plenário	421.300,00
2.002	1	01	Manutenção dos Serviços da Câmara	340.700,00
1.003	2	04	Reequipamento do Gabinete do Prefeito	50.700,00
1.004	2	04	Construção do Prédio da Prefeitura	164.900,00
1.005	2	04	Aquisição de Veículos	153.000,00
2.003	2	04	Manutenção do Gabinete do Prefeito	742.500,00
2.004	2	06	Manutenção da Segurança Pública	118.000,00
1.006	3	04	Reequipamento da Administração	50.800,00
2.005	3	04	Manutenção dos Serviços da Administração	645.800,00
2.006	4	04	Man. Serv. Financeiros, Advocatícios e Tributários	499.100,00
2.007	4	04	Implementação do Sistema de Controle Interno	56.000,00
2.008	4	26	Encargos Especiais	563.300,00
9.999	4	99	Reserva de Contingência	100.000,00
1.007	5	12	Const. e Equip. do Prédio da Sec. de Educação	164.800,00
1.008	5	12	Const., Ampl. e Reequ. de Escolas do Ens. Infantil	202.900,00
1.009	5	12	Const. e Ampl. de Escolas do Ensino Fundamental	190.200,00
1.010	5	12	Reequipamento do Ensino Fundamental	162.300,00
1.011	5	12	Construção de Quadras de Esporte nas Escolas	139.400,00
1.012	5	12	Aquisição de Veículos	240.900,00
1.013	5	12	Desapropriação de Áreas e Imóveis	19.000,00
2.009	5	12	Manutenção do Ensino Pré-escolar	117.300,00
2.010	5	12	Manutenção do PNAC	15.200,00
2.011	5	12	Manut. do Ensino Infantil com Recursos Vinculados	88.700,00
2.012	5	12	Man. do Ensino Fundamental com Recursos Vinculados	67.800,00
2.013	5	12	Manutenção do Salário Educação - QSE	213.100,00
2.014	5	12	Man. do Progr. Nac. de Alimentação Escolar - PNAE	139.500,00
2.015	5	12	Manutenção do PNATE	226.900,00
2.016	5	12	Manutenção Educação Jovens e Adultos	101.400,00
2.017	5	12	Man. do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	33.000,00
2.018	5	12	Manutenção e Conservação do Ensino Fundamental	971.500,00
2.019	5	12	FUNDEB - 90%	2.929.000,00
2.020	5	12	FUNDEB - 40%	1.172.800,00
2.021	5	12	Assistência ao Estudante Carente	57.200,00
2.022	5	12	Capacitação e Formação dos Profissionais da Educação	83.700,00
2.023	5	12	Manutenção do Ensino Médio	48.400,00
2.024	5	12	Encargos Sociais	27.900,00



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Sítio do Quinto

RELAÇÃO DOS PROJETOS E ATIVIDADES

EXERCÍCIO DE 2010

Código	Órgão	Funcional	Descrição	Valor Fixado
2.025	5	12	Manutenção e Conservação do Ensino Infantil	68.000,00
2.027	6	18	Incentivo à Preservação e Conser. do Meio Ambiente	17.600,00
1.014	6	20	Construção e Equipamentos do Prédio da Agricultura	113.400,00
1.015	6	20	Const. e Aquisição de Equip. de Casas de Fábrika	92.500,00
1.016	6	20	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas	77.000,00
1.017	6	20	Ampl. e Adeq. do Matadouro, Mercados e Açougues	98.900,00
2.026	6	20	Man. e Cons. da Sec. e dos Merc., Mat. e Açougues	103.400,00
2.028	6	20	Incentivo ao Pequeno Produtor Rural	58.300,00
1.019	7	13	Aquisição de Veículos e Equipamentos	40.600,00
1.020	7	13	Construção e Equipamentos do Centro de Cultura	84.100,00
1.023	7	13	Const. e Reequip. da Biblioteca Pública Municipal	50.700,00
1.024	7	13	Impl. e Equipamentos do Sistema de Sonorização	12.700,00


TCM IRCE VISTO

Ass. Servidor

**Continuação**

2.029	7	13	Manut. e Conservação das Repetidoras de Televisão	26.600,00
2.030	7	13	Promoç. de Festas e Ativ. Culturais e Tradicionais	342.360,00
1.022	7	26	Amp. e Con. da Quad. Est. Camp. de Fut. e Gram.	38.000,00
1.018	7	27	Construção do Ginásio de Esportes	133.100,00
1.021	7	27	Const. e Ampl. de Espaços Esportivos e Culturais	63.400,00
2.031	7	27	Manut. e Cons. de Atvid. Culturais e Esportivas	43.400,00
1.025	8	10	Const. e Equipamentos da Secretaria de Saúde	147.100,00
1.027	8	10	Construção e Equipamento do Hospital Municipal	177.600,00
1.028	8	10	Const., Ampl., e Equipamentos de Unidades de Saúde	370.200,00
1.029	8	10	Aquis. de Veículos, Unidades Móveis e Ambulâncias	164.800,00
2.032	8	10	Man. de Programas da Saúde com Recursos Vinculados	34.700,00
2.033	8	10	Man. e Conservação das Unidades de Saúde	1.316.700,00
2.034	8	10	Manutenção dos SUS / AIH	155.300,00
2.035	8	10	Manutenção do PAB	558.600,00
2.036	8	10	Manutenção da Vigilância Sanitária - VISA	8.200,00
2.037	8	10	Manutenção do PACS	255.900,00
2.038	8	10	Manutenção da Vigilância Epidemiológica - ECD	159.000,00
2.039	8	10	Manutenção da Farmácia Básica	9.100,00
2.040	8	10	Manutenção dos PSF	575.700,00
1.026	8	17	Saneamento Básico	329.700,00
2.045	9	04	Man. e Cons. da Sec. do Trabalho e Ação Social	103.200,00
1.031	9	08	Construção de Módulos Sanitários Domociliares	101.400,00
1.032	9	08	Const. e Equipam. do Prédio da Sec. de Ação Social	100.100,00
1.033	9	08	Desapropriação de Áreas e Imóveis	8.200,00
1.034	9	08	Const. e Equipamentos de Depósitos Comunitários	33.600,00
1.035	9	08	Constr. e Equipamentos do Centro da Juventude	84.200,00



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de São do Quinto

RELAÇÃO DOS PROJETOS E ATIVIDADES

EXERCÍCIO DE 2010

Código	Órgão	Funcional	Descrição	Valor Fixado
1.036	9	08	Aquis. de Veículos, Unidade Móvel e Equipamentos	63.400,00
1.037	9	08	Construção e Equipamento da Casa da Família	117.940,00
2.041	9	08	Implementação do Conselho Tutelar	35.000,00
2.042	9	08	Melhorias Habitacionais e Sanitárias	171.200,00
2.043	9	08	Manutenção dos Programas Fome Zero e Bolsa Família	13.300,00
2.044	9	08	Man. dos Progr. PETI, API, PAIF, BPC, PPD, AG, JOV	50.600,00
2.046	9	08	Assistência Social às Pessoas Menos Favorecidas	100.300,00
2.047	9	08	Assist. ao Idoso, Deficien., Crianças e Adolescentes	53.300,00
1.030	9	16	Construção de Casas Populares	202.900,00
1.040	10	04	Construção e Ampliação de Próprios Municipais	35.500,00
1.039	10	15	Construção e Equipamento do Auditório Municipal	63.400,00
1.041	10	15	Desapropriação de Áreas e Imóveis	8.200,00
1.043	10	15	Perfuração e Inst. de Poços e Const. de Barragens	63.200,00
1.044	10	15	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água	165.000,00
1.045	10	15	Construção e Ampliação de Cemitérios	25.400,00
1.047	10	15	Con. Ampl. de Praç., Parq., Jardins e Arborização	57.000,00
1.048	10	15	Pavimentação de Ruas e Avenidas	101.400,00
1.049	10	15	Reequipamento do Setor de Infra-estrutura	24.100,00
2.050	10	15	Manut. Cons. e Limp. de Aqued. e Poços Artesianos	84.900,00
2.051	10	15	Manutenção da Limpeza Pública	168.000,00
2.052	10	15	Manutenção e Conservação de Obras e Serv. Urbanos	253.800,00
1.042	10	17	Construção de Estação de Tratamento de Esgoto	53.300,00
2.049	10	18	Manutenção dos Serv. relacionados com a SECA	66.600,00
1.046	10	25	Ampliação da Rede Elétrica	50.700,00
2.053	10	25	Manut. e Conser. da Rede de Iluminação Pública	238.600,00
1.038	10	26	Aquisição de Veículos e Máquinas	40.600,00
2.048	10	26	Manutenção e Conservação das Estradas Vionais	168.300,00
Total da Receita :				20.000.000,00

TEM IRCE VISTO

Ass. Servidor



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Sítio do Quinto

Anexo II da Lei 4320/64

NATUREZA DA DESPESA

EXERCÍCIO DE 2010

Órgão: 1 CÂMARA MUNICIPAL

Código	Descrição	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	5.170,00		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	480.180,00		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	480.180,00		
3.1.90.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	41.800,00		
3.1.90.34.01.00	OUTRAS DESP. PESSOAL DIFER. TERCEIR. DE MÃO	18.700,00		
3.1.90.92.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	22.000,00		
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	20.350,00		
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	20.350,00		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	33.000,00		
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	41.800,00		
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	99.000,00		
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	165.000,00		
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	33.000,00		
		Total		1.460.530,00



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Sítio do Quinto

Anexo II da Lei 4320/64

NATUREZA DA DESPESA

EXERCÍCIO DE 2010

Órgão: 2 GABINETE DO PREFEITO

Código	Descrição	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	20.900,00		
3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	20.900,00		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	390.000,00		
3.1.90.34.01.00	OUTRAS DESP. PESSOAL DIFER. TERCEIR. DE MÃO	10.200,00		
3.1.90.92.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	19.000,00		
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	31.700,00		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	114.100,00		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	114.100,00		
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	40.600,00		
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	40.600,00		
3.3.90.35.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	111.600,00		
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	60.400,00		
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	60.400,00		
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	44.400,00		
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	44.400,00		
3.3.90.92.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	11.600,00		
3.3.90.92.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	11.600,00		
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	164.900,00		
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	50.700,00		
4.4.90.52.48.00	VEÍCULOS DIVERSOS	153.000,00		
		Total		1.524.100,00



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Sítio do Quinto

Anexo II da Lei 4320/64

NATUREZA DA DESPESA

EXERCÍCIO DE 2010

Órgão: 3 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Código	Descrição	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	25.400,00		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	280.000,00		
3.1.90.34.01.00	OUTRAS DESP. PESSOAL DIFER. TERCEIR. DE MÃO	8.900,00		
3.1.90.92.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	19.000,00		
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	22.800,00		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	102.000,00		
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	10.000,00		
3.3.90.35.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	88.800,00		
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	35.000,00		

TCM IRCE VISTO

Ass. Servidor

**Continuação**

3.3.90.20.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	33.000,00
3.3.90.92.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	19.000,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.400,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	50.800,00
Total		636.600,00



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Sítio do Quinto

Anexo II da Lei 4320/64

NATUREZA DA DESPESA**EXERCÍCIO DE 2010**

Órgão: 4 SECRETARIA DE FINANÇAS

Código	Descrição	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	10.200,00		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	215.200,00		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	215.200,00		
3.1.90.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	126.800,00		
3.1.90.34.01.00	OUTRAS DESP. PESSOAL DECOR. TERCEIR. DE MÃO	50.000,00		
3.1.90.91.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	103.400,00		
3.2.90.21.00.00	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	9.500,00		
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	3.800,00		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	60.200,00		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	60.200,00		
3.3.90.35.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	126.800,00		
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	21.700,00		
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	21.700,00		
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	62.200,00		
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	62.200,00		
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	139.500,00		
3.3.90.91.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	50.700,00		
3.3.90.92.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.000,00		
4.4.90.71.00.00	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	103.400,00		
9.9.00.00.00.00	Reserva de Contingência			100.000,00
Total				1.577.700,00



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Sítio do Quinto

Anexo II da Lei 4320/64

NATUREZA DA DESPESA**EXERCÍCIO DE 2010**

Órgão: 5 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Código	Descrição	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	168.000,00		
3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	168.000,00		
3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	168.000,00		
3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	168.000,00		
3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	168.000,00		
3.1.90.09.00.00	SALÁRIO FAMILIA	1.500,00		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.632.300,00		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.632.300,00		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.632.300,00		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.632.300,00		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.632.300,00		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.632.300,00		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.632.300,00		
3.1.90.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	200.800,00		
3.1.90.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	200.800,00		
3.1.90.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	200.800,00		
3.1.90.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	200.800,00		
3.1.90.34.01.00	OUTRAS DESP. PESSOAL DECOR. TERCEIR. DE MÃO	302.700,00		
3.1.90.34.01.00	OUTRAS DESP. PESSOAL DECOR. TERCEIR. DE MÃO	302.700,00		
3.1.90.34.01.00	OUTRAS DESP. PESSOAL DECOR. TERCEIR. DE MÃO	302.700,00		
3.1.90.34.01.00	OUTRAS DESP. PESSOAL DECOR. TERCEIR. DE MÃO	302.700,00		
3.1.90.91.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	40.800,00		
3.1.90.91.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	40.800,00		
3.1.90.91.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	40.800,00		
3.1.90.92.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	112.800,00		

TCM IRCE VISTO

[Assinatura]

Ass. Servidor



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Sítio do Quinto

Anexo II da Lei 4320/64

NATUREZA DA DESPESA

EXERCÍCIO DE 2010

Órgão: 7 SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

Código	Descrição	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	13.900,00		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	13.900,00		
3.1.90.34.01.00	OUTRAS DESP. PESSOAL DECOR. TERCEIR. DE MÃO	3.900,00		
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	2.500,00		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	34.300,00		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	34.300,00		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	34.300,00		
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	6.300,00		
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	22.800,00		
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	22.800,00		
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	22.800,00		
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	294.200,00		
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	294.200,00		
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	294.200,00		
3.3.90.92.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	34.500,00		
3.3.90.92.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	34.500,00		
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	348.500,00		
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	348.500,00		
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	348.500,00		
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	348.500,00		
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	348.500,00		
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	74.100,00		
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	74.100,00		
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	74.100,00		
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	74.100,00		
		Total		3.202.320,00



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Sítio do Quinto

Anexo II da Lei 4320/64

NATUREZA DA DESPESA

EXERCÍCIO DE 2010

Órgão: 8 SECRETARIA DE SAÚDE

Código	Descrição	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	277.600,00		
3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	277.600,00		
3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	277.600,00		
3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	277.600,00		
3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	277.600,00		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	460.100,00		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	460.100,00		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	460.100,00		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	460.100,00		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	460.100,00		
3.1.90.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	30.500,00		
3.1.90.34.01.00	OUTRAS DESP. PESSOAL DECOR. TERCEIR. DE MÃO	74.700,00		
3.1.90.34.01.00	OUTRAS DESP. PESSOAL DECOR. TERCEIR. DE MÃO	74.700,00		
3.1.90.34.01.00	OUTRAS DESP. PESSOAL DECOR. TERCEIR. DE MÃO	74.700,00		
3.1.90.34.01.00	OUTRAS DESP. PESSOAL DECOR. TERCEIR. DE MÃO	74.700,00		
3.1.90.91.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	1.400,00		
3.1.90.92.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	25.200,00		
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	45.600,00		
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	45.600,00		
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	45.600,00		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	748.000,00		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	748.000,00		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	748.000,00		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	748.000,00		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	748.000,00		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	748.000,00		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	748.000,00		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	748.000,00		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	748.000,00		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	748.000,00		

TCM IRCE VISTO

Ass. Servidor

Continuare

[illegible]

ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Sítio do Quinto

Arxiv:1511.04064

[illegible]

Ass. Servido



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Sítio do Quinto

Answer: B da Lei 4320/04

NATUREZA DA DESPESA		EXERCÍCIO DE 2010
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	402.400,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	402.400,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	402.400,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	402.400,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	402.400,00
3.3.90.92.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	73.600,00
3.3.90.92.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	73.600,00



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Sitio do Quinto

Anexo II da Lei 4320/64

NATUREZA DA DESPESA

EXERCÍCIO DE 2010

Órgão: 7 SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

Código	Descrição	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	13.900,00		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	13.900,00		
3.1.90.34.01.00	OUTRAS DESP. PESSOAL DECOR. TERCEIR. DE MÃO	3.800,00		
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	2.500,00		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	34.300,00		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	34.300,00		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	34.300,00		
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	8.300,00		
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	22.800,00		
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	22.800,00		
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	22.800,00		
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	294.200,00		
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	294.200,00		
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	294.200,00		
3.3.90.92.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	34.500,00		
3.3.90.92.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	34.500,00		
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	348.500,00		
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	348.500,00		
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	348.500,00		
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	348.500,00		
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	348.500,00		
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	74.100,00		
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	74.100,00		
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	74.100,00		
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	74.100,00		
		Total		3.202.320,00



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Sitio do Quinto

Anexo II da Lei 4320/64

NATUREZA DA DESPESA

EXERCÍCIO DE 2010

Órgão: 8 SECRETARIA DE SAÚDE

Código	Descrição	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	277.600,00		
3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	277.600,00		
3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	277.600,00		
3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	277.600,00		
3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	277.600,00		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	480.100,00		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	480.100,00		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	480.100,00		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	480.100,00		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	480.100,00		
3.1.90.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	30.500,00		
3.1.90.34.01.00	OUTRAS DESP. PESSOAL DECOR. TERCEIR. DE MÃO	74.700,00		
3.1.90.34.01.00	OUTRAS DESP. PESSOAL DECOR. TERCEIR. DE MÃO	74.700,00		
3.1.90.34.01.00	OUTRAS DESP. PESSOAL DECOR. TERCEIR. DE MÃO	74.700,00		
3.1.90.34.01.00	OUTRAS DESP. PESSOAL DECOR. TERCEIR. DE MÃO	74.700,00		
3.1.90.91.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	1.400,00		
3.1.90.92.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	25.200,00		
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	45.600,00		
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	45.600,00		
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	45.600,00		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	748.000,00		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	748.000,00		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	748.000,00		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	748.000,00		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	748.000,00		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	748.000,00		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	748.000,00		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	748.000,00		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	748.000,00		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	748.000,00		

TCM IRCE VISTO

Ass. Servidor



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de São João do Bonfim

Anexo II da Lei 4320/64

NATUREZA DA DESPESA

EXERCÍCIO DE 2010

Órgão - 9 SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

Código	Descrição	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	5.000,00		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	62.900,00		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	62.900,00		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	62.900,00		
3.1.90.34.01.00	OUTRAS DESP. PESSOAL DECOR. TERCEIRO DE MAIORE	3.300,00		
3.1.90.92.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.500,00		
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	3.000,00		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	113.700,00		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	113.700,00		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	113.700,00		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	113.700,00		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	113.700,00		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	113.700,00		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	113.700,00		
3.3.90.32.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	17.900,00		
3.3.90.32.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	17.900,00		
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	32.600,00		
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	32.600,00		
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	32.600,00		
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	32.600,00		
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	32.600,00		
3.3.90.35.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	3.300,00		
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	99.600,00		
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	99.600,00		
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	99.600,00		
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	99.600,00		
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	99.600,00		
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	99.600,00		
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	99.600,00		
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	135.900,00		
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	135.900,00		
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	135.900,00		
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	135.900,00		
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	135.900,00		
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	135.900,00		
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	135.900,00		
3.3.90.48.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	17.900,00		



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de São João do Bonfim

Anexo II da Lei 4320/64

TCM IRCE VISTO

NATUREZA DA DESPESA

EXERCÍCIO DE 2010

3.3.90.48.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	17.900,00		
3.3.90.92.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	14.500,00		
3.3.90.92.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	14.500,00		
3.3.90.92.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	14.500,00		
3.3.90.92.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	14.500,00		
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.400,00		
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	589.540,00		
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	589.540,00		
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	589.540,00		
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	589.540,00		
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	589.540,00		
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	589.540,00		
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	125.400,00		
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	125.400,00		
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	125.400,00		
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	125.400,00		
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	125.400,00		
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	125.400,00		
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	125.400,00		
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	125.400,00		
4.4.90.61.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	8.200,00		
4.5.90.61.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	1.400,00		
Total		7.480.340,00		

Ass. Servidor



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Sítio do Quinto

Anexo VI da Lei 4320/64

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO

EXERCÍCIO DE 2010

Poder: Legislativo

Órgão: 1 CÂMARA MUNICIPAL

Unidade Orçamentária: 1.1 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Código	Especificação	Projeto	Atividade	Total
01	LEGISLATIVA			960.000,00
001	Ação Legislativa			960.000,00
001	LEGISLATIVO FORTE E INDEPENDENTE			960.000,00
1.001	Construção da Câmara Municipal	105.000,00		
1.002	Reequipamento da Câmara Municipal	30.000,00		
2.001	Manutenção dos Serviços Relacionais com Público		421.300,00	
2.002	Manutenção dos Serviços da Câmara		340.700,00	
Total:				960.000,00



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Sítio do Quinto

Anexo VI da Lei 4320/64

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO

EXERCÍCIO DE 2010

Poder: Executivo

Órgão: 2 GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária: 2.2 GABINETE DO PREFEITO

Código	Especificação	Projeto	Atividade	Total
04	ADMINISTRAÇÃO			1.111.100,00
122	Administração Geral			1.111.100,00
002	MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			1.111.100,00
1.003	Reequipamento do Gabinete do Prefeito	50.700,00		
1.004	Construção do Prédio da Prefeitura	164.900,00		
1.005	Aquisição de Veículos	153.000,00		
2.003	Manutenção do Gabinete do Prefeito		742.500,00	
06	SEGURANÇA PÚBLICA			118.000,00
181	Policamento			118.000,00
002	MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			118.000,00
2.004	Manutenção da Segurança Pública		118.000,00	
Total:				1.229.100,00


TCM IRCE VISTO


ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Sítio do Quinto

Anexo VI da Lei 4320/64

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO

EXERCÍCIO DE 2010

Poder: Executivo

Órgão: 3 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade Orçamentária: 3.3 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Código	Especificação	Projeto	Atividade	Total
04	ADMINISTRAÇÃO			696.600,00
122	Administração Geral			696.600,00
002	MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			696.600,00
1.006	Reequipamento da Administração	50.800,00		
2.005	Manutenção dos Serviços da Administração		645.800,00	
Total:				696.600,00


 Ass. Servidor



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Sítio do Quinto

Anexo VI da Lei 4320/64

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO

EXERCÍCIO DE 2010

Poder: Executivo

Órgão: 4 SECRETARIA DE FINANÇAS

Unidade Orçamentária: 4.4 SECRETARIA DE FINANÇAS

Código	Especificação	Projeto	Atividade	Total
04	ADMINISTRAÇÃO			555.100,00
123	Administração Financeira			499.100,00
002	MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			499.100,00
2.005	Man. Serv. Financeiros, Administrativos e Tributários		499.100,00	
124	Controle Interno			56.000,00
002	MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			56.000,00
2.007	Implementação do Sistema de Controle Interno		56.000,00	
28	ENCARGOS ESPECIAIS			563.300,00
546	Outros Encargos Especiais			563.300,00
009	ENCARGOS ESPECIAIS			563.300,00
2.008	Encargos Especiais		563.300,00	
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			100.000,00
999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			100.000,00
999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			100.000,00
9.999	Reserva de Contingência	100.000,00		
Total:				1.218.400,00



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Sítio do Quinto

Anexo VI da Lei 4320/64

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO

EXERCÍCIO DE 2010

Poder: Executivo

Órgão: 5 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária: 5.5 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Código	Especificação	Projeto	Atividade	Total
12	EDUCAÇÃO			7.480.900,00
361	Ensino Fundamental			6.839.000,00
003	EDUCAÇÃO PARA TODOS			6.839.000,00
1.007	Const. e Equip. do Prédio da Sec. de Educação	164.800,00		
1.009	Const. e Ampl. de Escolas do Ensino Fundamental	190.200,00		
1.010	Reequipamento do Ensino Fundamental	162.300,00		
1.011	Construção de Quadras de Esportes nas Escolas	139.400,00		
1.012	Aquisição de Veículos	240.900,00		
1.013	Desapropriação de Áreas e Imóveis	19.000,00		
2.012	Man. do Ensino Fundamental com Recursos Vinculados		67.800,00	
2.013	Manutenção do Salário Educação - QSE		213.100,00	
2.014	Man. do Progr. Nac. de Alimentação Escolar - PNAE		139.500,00	
2.015	Manutenção do PNAE		226.900,00	
2.017	Man. do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE		33.000,00	
2.018	Manutenção e Conservação do Ensino Fundamental		971.000,00	
2.019	FUNDEB - 60%		2.929.000,00	
2.020	FUNDEB - 40%		1.172.800,00	
2.021	Auxílio ao Estudante Carente		57.200,00	
2.022	Capacitação e Formação dos Professores da Educação		83.700,00	
2.024	Encargos Sociais		27.900,00	
362	Ensino Médio			48.400,00
003	EDUCAÇÃO PARA TODOS			48.400,00
2.023	Manutenção do Ensino Médio		48.400,00	
365	Educação Infantil			492.100,00
003	EDUCAÇÃO PARA TODOS			492.100,00
1.008	Const. Ampl. e Repar. de Escolas do Ens. Infantil	202.900,00		
2.009	Manutenção do Ensino Pré-primário		117.300,00	
2.010	Manutenção do PNAE		15.200,00	
2.011	Manut. do Ensino Infantil com Recursos Vinculados		86.700,00	
2.025	Manutenção e Conservação do Ensino Infantil		68.000,00	
366	Educação de Jovens e Adultos			101.400,00
003	EDUCAÇÃO PARA TODOS			101.400,00
2.016	Manutenção Educação Jovens e Adultos		101.400,00	
Total:				7.480.900,00

TCM IRCE VISTO

Ass. Servidor



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de São João do Bonfim

Anexo VI da Lei 4320/64

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO

EXERCÍCIO DE 2010

Poder: Executivo

Órgão: 6 SEC. AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DES. ECONÔMICO

Unidade Orçamentária: 6.6 SEC. AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DES. ECONÔMICO

Código	Especificação	Projeto	Atividade	Total
18	GESTÃO AMBIENTAL			17.600,00
541	Preservação e Conservação Ambiental			17.600,00
004	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO			17.600,00
2.027	Incentivo à Preservação e Censur. do Meio Ambiente		17.600,00	
20	AGRICULTURA			543.500,00
601	Promoção da Produção Vegetal			326.700,00
004	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO			326.700,00
1.015	Const. e Aquisição de Equip. de Casas de Fátima	92.500,00		
1.016	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas	77.000,00		
1.017	Ampl. e Adq. do Mercado, Mercados e Açougos	98.900,00		
2.028	Incentivo ao Pequeno Produtor Rural		58.300,00	
605	Abastecimento			216.800,00
004	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO			216.800,00
1.014	Construção e Equipamentos do Posto de Agricultura	113.400,00		
2.026	Man. e Cons. da Sec. e dos Merc. Mai. e Açougos		103.400,00	
Total:				561.100,00



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de São João do Bonfim

Anexo VI da Lei 4320/64

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO

EXERCÍCIO DE 2010

Poder: Executivo

Órgão: 7 SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

Unidade Orçamentária: 7.7 SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

Código	Especificação	Projeto	Atividade	Total
13	CULTURA			557.060,00
122	Administração Geral			40.600,00
005	CULTURA, ESPORTES E LAZER AO MUNICÍPIO			40.600,00
1.019	Aquisição de Veículos e Equipamentos	40.600,00		
391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico			342.360,00
005	CULTURA, ESPORTES E LAZER AO MUNICÍPIO			342.360,00
2.030	Promoção de Festas e Ativ. Culturais e Tradicionais		342.360,00	
392	Uso Cultural			174.100,00
005	CULTURA, ESPORTES E LAZER AO MUNICÍPIO			174.100,00
1.020	Construção e Equipamentos do Centro de Cultura	84.100,00		
1.023	Const. e Equip. da Biblioteca Pública Municipal	50.700,00		
1.024	Inst. e Equipamentos do Sistema de Sonorização	12.700,00		
2.029	Manut. e Conservação das Repetidoras de Televisão		26.600,00	
26	TRANSPORTE			38.000,00
812	Desporto Comunitário			38.000,00
005	CULTURA, ESPORTES E LAZER AO MUNICÍPIO			38.000,00
1.022	Ampl. e Cons. do Quad. Esq. e Cam. de Fút. e Gram.	38.000,00		
27	DESPORTO E LAZER			239.900,00
812	Desporto Comunitário			239.900,00
005	CULTURA, ESPORTES E LAZER AO MUNICÍPIO			239.900,00
1.018	Construção de Grupos de Esportes	133.100,00		
1.021	Const. e Ampl. de Espaços Esportivos e Culturais	63.400,00		
2.031	Manut. e Cons. de Ativ. Culturais e Esportivas		43.400,00	
Total:				834.960,00

TCM IRCE VISTO

Ass. Servidor



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Sítio do Quinto

Anexo VI da Lei 4320/64

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO

EXERCÍCIO DE 2010

Poder: Executivo

Órgão: 8 SECRETARIA DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 8.8 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

Código	Especificação	Projeto	Atividade	Total
10	SAÚDE			3.930.900,00
301	Admissão Básica			556.600,00
006	SAÚDE PRIORIDADE DA ADMINISTRAÇÃO			556.600,00
2.035	Manutenção da PAI		556.600,00	
302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial			2.951.200,00
006	SAÚDE PRIORIDADE DA ADMINISTRAÇÃO			2.951.200,00
1.025	Const. e Equipamentos da Secretaria de Saúde	147.100,00		
1.027	Construção e Equipamento do Hospital Municipal	177.600,00		
1.028	Const. Ampl. e Equipamentos de Unidades de Saúde	370.200,00		
1.029	Aquis. de Veículos, Unidades Móveis e Ambulâncias	164.800,00		
2.032	Man. dos Programas de Saúde com Recursos Vinculados		34.700,00	
2.033	Man. e Conservação das Unidades de Saúde		1.316.700,00	
2.034	Manutenção dos SUS / AFI		155.300,00	
2.039	Manutenção da Família Básica		9.100,00	
2.040	Manutenção dos PSF		575.700,00	
304	Vigilância Sanitária			264.100,00
006	SAÚDE PRIORIDADE DA ADMINISTRAÇÃO			264.100,00
2.036	Manutenção da Vigilância Sanitária - VISA		8.200,00	
2.037	Manutenção do PACS		255.900,00	
305	Vigilância Epidemiológica			159.000,00
006	SAÚDE PRIORIDADE DA ADMINISTRAÇÃO			159.000,00
2.038	Manutenção da Vigilância Epidemiológica - ECO		159.000,00	
17	SANEAMENTO			329.700,00
512	Saneamento básico Urbano			329.700,00
006	SAÚDE PRIORIDADE DA ADMINISTRAÇÃO			329.700,00
1.026	Saneamento Básico	329.700,00		
Total:				4.260.600,00



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Sítio do Quinto

Anexo VI da Lei 4320/64

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO

EXERCÍCIO DE 2010

Poder: Executivo

Órgão: 9 SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

Unidade Orçamentária: 9.9 SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

Código	Especificação	Projeto	Atividade	Total
04	ADMINISTRAÇÃO			103.200,00
244	Assistência Comunitária			103.200,00
007	MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA			103.200,00
2.045	Man. e Cons. da Sec. do Trabalho e Ação Social		103.200,00	
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL			697.540,00
122	Administração Geral			63.400,00
002	MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			63.400,00
1.036	Aquis. de Veículos, Unidade Móvel e Equipamentos	63.400,00		
243	Assistência à Criança e ao Adolescente			137.500,00
007	MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA			137.500,00
1.035	Const. e Equipamentos do Centro da Juventude	84.200,00		
2.047	Assist. aos idosos Defic. Crianças e Adolescentes		53.300,00	
244	Assistência Comunitária			696.640,00
007	MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA			696.640,00
1.031	Construção de Módulos Sanitários Comunitários	101.400,00		
1.032	Const. e Equipam. do Prédio da Sec. da Ação Social	100.100,00		
1.033	Desapropriação de Áreas e Imóveis	8.200,00		
1.034	Const. e Equipamentos de Depósitos Comunitários	33.600,00		
1.037	Construção e Equipamento da Casa da Família	117.140,00		
2.042	Manutenção das Unidades Sanitárias		171.200,00	
2.043	Manutenção dos Programas Fome Zero e Nossa Família		13.300,00	
2.044	Man. dos Progr. PETI, API, FAF, SPC, PPD, AG, JUV		50.600,00	
2.046	Assistência Social às Pessoas Menos Favorecidas		100.300,00	
16	HABITAÇÃO			202.900,00

TCM IRCE VISTO

Ass. Servidor



Continuação

482	Saneamento Básico Urbano		202 900,00
007	MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA		202 900,00
1.030	Construção de Casas Populares	202 900,00	
Total :			1.293.640,00



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Sítio do Quinto

Anexo VI da Lei 4320/04

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO

EXERCÍCIO DE 2010

Poder: Executivo

Órgão: 9 SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

Unidade Orçamentária: 9.12 FUNDO MUN DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Código	Especificação	Projeto	Atividade	Total
68	ASSISTÊNCIA SOCIAL			35.000,00
244	Assistência Comunitária			35.000,00
007	MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA			35.000,00
2.041	Implementação do Conselho Tutelar		35.000,00	
Total :				35.000,00



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Sítio do Quinto

Anexo VI da Lei 4320/04

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO

EXERCÍCIO DE 2010

Poder: Executivo

Órgão: 10 SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

Unidade Orçamentária: 10.10 SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

Código	Especificação	Projeto	Atividade	Total
64	ADMINISTRAÇÃO			35.500,00
451	Infra-estrutura Urbana			35.500,00
008	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA			35.500,00
1.040	Construção e Ampliação de Praças Municipais	35.500,00		
15	URBANISMO			866.100,00
451	Infra-estrutura Urbana			420.200,00
008	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA			420.200,00
1.039	Construção e Equipamento do Auditório Municipal	63.400,00		
1.041	Desapropriação de Áreas e Imóveis	8.700,00		
1.043	Perfuração e Inst. de Poços e Cond. de Barragem	63.400,00		
1.044	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água	16.500,00		
1.045	Construção e Ampliação de Canteiros	25.400,00		
1.047	Con. Ampl. de Praç. Park, Jardins e Arborização	57.000,00		
1.048	Pavimentação de Ruas e Avenidas	101.400,00		
2.050	Manut. Cons. e Limp. de Águas e Poços Artesianais		64.900,00	
452	Serviços Urbanos			445.900,00
008	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA			445.900,00
1.049	Reequipamento do Setor de Infra-estrutura	24.100,00		
2.051	Manutenção da Limpeza Pública		168.000,00	
2.052	Manutenção e Conservação de Obras e Serv. Urbanos		253.800,00	
17	SANEAMENTO			53.300,00
512	Saneamento Básico Urbano			53.300,00
008	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA			53.300,00
1.042	Construção de Estação de Tratamento de Esgoto	53.300,00		
18	GESTÃO AMBIENTAL			66.600,00
541	Preservação e Conservação Ambiental			66.600,00
008	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA			66.600,00
2.049	Manutenção dos Serv. relacionados com a SECA		66.600,00	
25	ENERGIA			289.300,00
752	Energia Elétrica			289.300,00
008	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA			289.300,00
1.040	Ampliação da Rede Elétrica	50.700,00		
2.053	Manut. e Cons. da Rede de Iluminação Pública		238.600,00	
26	TRANSPORTE			208.900,00
782	Transporte Rodoviário			208.900,00
008	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA			208.900,00
1.038	Aquisição de Veículos e Máquinas	40.000,00		
2.048	Manutenção e Conservação das Estradas Vicinais		168.900,00	
Total :				1.519.700,00

TODAS IRCE VISTO



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de São Paulo

Anexo VI da Lei 4325/04

FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETO DE ATIVIDADE

EXERCÍCIO DE 2010

Código	Especificação	Projeto	Atividade	Total
01	LEGISLATIVA			960.000,00
031	Ação Legislativa			960.000,00
031	Manutenção dos Serviços da Câmara			960.000,00
2.002	Manutenção dos Serviços da Câmara		340.700,00	
2.001	Manutenção dos Serviços Relacionados com Plenário		421.300,00	
1.002	Reequipamento da Câmara Municipal	33.000,00		
1.001	Construção da Câmara Municipal	165.000,00		
04	ADMINISTRAÇÃO			2.501.500,00
122	Administração Geral			1.807.700,00
002	Manutenção do Gabinete do Prefeito			1.807.700,00
2.003	Manutenção do Gabinete do Prefeito		742.500,00	
2.005	Manutenção dos Serviços da Administração		645.800,00	
1.006	Reequipamento da Administração	50.800,00		
1.003	Reequipamento do Gabinete do Prefeito	50.700,00		
1.004	Construção do Prédio da Prefeitura	164.900,00		
1.005	Aquisição de Veículos	153.000,00		
123	Administração Financeira			1.807.700,00
002	Man. Serv. Financeiros, Advocatícios e Tributários			1.807.700,00
2.006	Man. Serv. Financeiros, Advocatícios e Tributários		499.100,00	
124	Controle Interno			1.807.700,00
002	Implementação do Sistema de Controle Interno			1.807.700,00
2.007	Implementação do Sistema de Controle Interno		56.000,00	
244	Assistência Comunitária			1.807.700,00
007	Man. e Cons. da Sec. do Trabalho e Ação Social			1.807.700,00
2.045	Man. e Cons. da Sec. do Trabalho e Ação Social		103.200,00	
451	Infra-estrutura Urbana			1.807.700,00
008	Construção e Ampliação de Prédios Municipais			1.807.700,00
1.040	Construção e Ampliação de Prédios Municipais	35.500,00		
06	SEGURANÇA PÚBLICA			118.000,00
181	Policamento			118.000,00
002	Manutenção da Segurança Pública			118.000,00
2.004	Manutenção da Segurança Pública		118.000,00	
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL			932.540,00
122	Administração Geral			63.400,00
002	Aquis. de Veículos, Unidade Móvel e Equipamentos			63.400,00
1.036	Aquis. de Veículos, Unidade Móvel e Equipamentos	63.400,00		
243	Assistência à Criança e ao Adolescente			63.400,00
007	Const. e Equipamentos do Centro da Juventude			63.400,00
1.035	Const. e Equipamentos do Centro da Juventude	84.200,00		
2.047	Assist. ao Idoso, Deficientes, Crianças e Adolescentes		53.300,00	
244	Assistência Comunitária			63.400,00
007	Man. dos Progr. PETI, APH, PAF, BPC, PPD, AG, JOV			63.400,00
2.044	Man. dos Progr. PETI, APH, PAF, BPC, PPD, AG, JOV		50.600,00	

TCM IRCE VISTO

Ass. Servidor



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de São Paulo

Anexo VI da Lei 4325/04

FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETO DE ATIVIDADE

EXERCÍCIO DE 2010

Código	Especificação	Projeto	Atividade	Total
2.043	Manutenção dos Programas Fome Zero e Bolsa Família		13.300,00	
1.033	Desapropriação de Áreas e Imóveis	8.200,00		
2.042	Melhorias Habitacionais e Sanitárias		171.200,00	
2.041	Implementação do Conselho Tutelar		35.000,00	
1.037	Construção e Equipamento da Casa da Família	117.940,00		
1.031	Construção de Módulos Sanitários Comunitários	101.400,00		
1.034	Const. e Equipamentos de Depósitos Comunitários	33.600,00		
1.032	Const. e Equipam. do Prédio da Sec. de Ação Social	100.100,00		
2.046	Assistência Social às Pessoas Menores Favorecidas		100.300,00	
18	SAÚDE			3.539.900,00
301	Ação Básica			556.600,00
006	Manutenção da PAB			556.600,00



Continuação

2.035	Manutenção do PAB	556.600,00	
302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		556.600,00
006	Manutenção dos PSF		556.600,00
2.040	Manutenção dos PSF	575.700,00	
2.034	Manutenção dos SUS / ANH	155.300,00	
2.039	Manutenção da Farmácia Básica	9.100,00	
2.033	Man. e Conservação das Unidades de Saúde	1.316.700,00	
2.032	Man. de Programas de Saúde com Recursos Vinculados	34.700,00	
1.025	Const. e Equipamentos da Secretaria de Saúde	147.100,00	
1.027	Construção e Equipamento do Hospital Municipal	177.600,00	
1.026	Const., Ampl. e Equipamentos de Unidades de Saúde	370.200,00	
1.029	Aquis. de Veículos, Unidades Móveis e Ambulâncias	164.800,00	
304	Vigilância Sanitária		556.600,00
006	Manutenção do PACS		556.600,00
2.037	Manutenção do PACS	255.900,00	
2.036	Manutenção da Vigilância Sanitária - VISA	8.200,00	
305	Vigilância Epidemiológica		556.600,00
006	Manutenção da Vigilância Epidemiológica - ECD		556.600,00
2.038	Manutenção da Vigilância Epidemiológica - ECD	159.000,00	
12	EDUCAÇÃO		7.480.900,00
361	Ensino Fundamental		6.839.000,00
003	FUNDEB - 40%		6.839.000,00
2.020	FUNDEB - 40%	1.172.800,00	
2.019	FUNDEB - 60%	2.929.000,00	
2.022	Capacitação e Formação dos Profissionais da Educação	83.700,00	
2.015	Manutenção do PNATE	226.900,00	
2.013	Manutenção do Salário Educação - QSE	213.100,00	
2.018	Manutenção e Conservação do Ensino Fundamental	971.500,00	
2.014	Man. do Progr. Nac. de Alimentação Escolar - PNAE	139.500,00	
2.017	Man. do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	33.000,00	
2.012	Man. do Ensino Fundamental com Recursos Vinculados	67.800,00	
1.013	Desapropriação de Áreas e Imóveis	19.000,00	
1.010	Reequipamento do Ensino Fundamental	162.300,00	
2.024	Encargos Sociais		27.900,00
1.011	Construção de Quadras de Esporte nas Escolas	139.400,00	



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de São do Quinto

Anexo VI da Lei 4320/64

FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETO DE ATIVIDADE

EXERCÍCIO DE 2010

Código	Especificação	Projeto	Atividade	Total
1.007	Const. e Equip. do Prédio da Sec. de Educação	164.800,00		
1.009	Const. e Ampl. de Escolas do Ensino Fundamental	150.200,00		
1.012	Aquisição de Veículos	240.900,00		
2.021	Assistência ao Estudante Carente		57.200,00	
362	Ensino Médio			6.839.000,00
003	Manutenção do Ensino Médio			6.839.000,00
2.023	Manutenção do Ensino Médio		48.400,00	
365	Educação Infantil			6.839.000,00
003	Manutenção do PNAC			6.839.000,00
2.010	Manutenção do PNAC		15.200,00	
2.009	Manutenção do Ensino Pré-escolar		117.300,00	
2.025	Manutenção e Conservação do Ensino Infantil		68.000,00	
2.011	Manut. do Ensino Infantil com Recursos Vinculados		88.700,00	
1.008	Const., Ampl. e Reeq. de Escolas do Ens. Infantil	202.900,00		
366	Educação de Jovens e Adultos			6.839.000,00
003	Manutenção Educação Jovens e Adultos			6.839.000,00
2.016	Manutenção Educação Jovens e Adultos		101.400,00	
13	CULTURA			557.600,00
122	Administração Geral			40.600,00
005	Aquisição de Veículos e Equipamentos			40.600,00
1.019	Aquisição de Veículos e Equipamentos	40.600,00		
391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico			40.600,00
005	Promoç. de Festas e Ativ. Culturais e Tradicionais			40.600,00
2.030	Promoç. de Festas e Ativ. Culturais e Tradicionais		342.300,00	
392	União Cultural			40.600,00
005	Manut. e Conservação das Repetidoras de Televisão			40.600,00
2.029	Manut. e Conservação das Repetidoras de Televisão		26.600,00	
1.024	Instal. e Equipamentos do Sistema de Sonorização	12.700,00		
1.020	Construção e Equipamentos do Centro de Cultura	84.100,00		
1.023	Const. e Reequip. da Biblioteca Pública Municipal	50.700,00		
15	URBANISMO			866.100,00

TCM IRCE VISTO

Ass. Servidor

**Continuação**

451	Infra-estrutura Urbana		420.200,00
008	Manut. Cons. e Limp. de Aqued. e Poços Artesianos		420.200,00
2.050	Manut. Cons. e Limp. de Aqued. e Poços Artesianos	84.900,00	
1.048	Pavimentação de Ruas e Avenidas	101.400,00	
1.041	Desapropriação de Áreas e Imóveis	8.200,00	
1.043	Perfuração e Inst. de Poços e Const. de Barragens	63.400,00	
1.044	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água	16.500,00	
1.045	Construção e Ampliação de Cemitérios	25.400,00	
1.039	Construção e Equipamento do Auditório Municipal	63.400,00	
1.047	Constr. Ampl. de Praç., Parq., Jardins e Arborização	57.000,00	
452	Serviços Urbanos		420.200,00
008	Manutenção da Limpeza Pública		420.200,00
2.051	Manutenção da Limpeza Pública	168.000,00	
2.052	Manutenção e Conservação de Obras e Serv. Urbanos	253.800,00	



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de São do Quinto

Anexo VII da Lei 4320/64

FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETO DE ATIVIDADE

EXERCÍCIO DE 2010

Código	Especificação	Projeto	Atividade	Total
1.049	Reequipamento do Setor de Infra-estrutura	24.100,00		
16	HABITACAO			202.900,00
482	Saneamento Básico Urbano			202.900,00
007	Construção de Casas Populares			202.900,00
1.030	Construção de Casas Populares	202.900,00		
17	SANEAMENTO			383.600,00
512	Saneamento básico Urbano			383.600,00
006	Saneamento Básico			329.700,00
1.026	Saneamento Básico	329.700,00		
008	Construção de Estação de Tratamento de Esgoto			329.700,00
1.042	Construção de Estação de Tratamento de Esgoto	53.300,00		
18	GESTAO AMBIENTAL			84.200,00
541	Preservação e Conservação Ambiental			84.200,00
004	Incentivo a Preservação e Conser. do Meio Ambiente			17.600,00
2.027	Incentivo a Preservação e Conser. do Meio Ambiente		17.600,00	
008	Manutenção dos Serv. relacionados com a SECA			17.600,00
2.049	Manutenção dos Serv. relacionados com a SECA		66.600,00	
29	AGRICULTURA			543.500,00
601	Promoção da Produção Vegetal			326.700,00
004	Ampl. e Adeq. do Matadouro, Mercados e Açougues			326.700,00
1.017	Ampl. e Adeq. do Matadouro, Mercados e Açougues	88.900,00		
2.028	Incentivo ao Pequeno Produtor Rural		58.300,00	
1.015	Const. e Aquisição de Equip. de Casas de Famlia	92.500,00		
1.016	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas	77.000,00		
605	Abastecimento			326.700,00
004	Man. e Cons. da Sec. e dos Merc. Mat. e Açougues			326.700,00
2.026	Man. e Cons. da Sec. e dos Merc. Mat. e Açougues		103.400,00	
1.014	Construção e Equipamentos do Prédio da Agricultura	113.400,00		
25	ENERGIA			289.300,00
752	Energia Elétrica			289.300,00
008	Manut. e Conser. da Rede de Iluminação Pública			238.600,00
2.053	Manut. e Conser. da Rede de Iluminação Pública		238.600,00	
1.046	Ampliação da Rede Elétrica	50.700,00		
26	TRANSPORTE			246.900,00
782	Transporte Rodoviário			208.900,00
008	Manutenção e Conservação das Estradas Vicinais			208.900,00
2.048	Manutenção e Conservação das Estradas Vicinais		108.300,00	
1.038	Aquisição de Veículos e Máquinas	40.600,00		
812	Desporto Comunitário			208.900,00
005	Ampl. e Con. de Quad., Est., Camp. de Fút. e Gram.			208.900,00
1.022	Ampl. e Con. de Quad., Est., Camp. de Fút. e Gram.	38.000,00		
27	DESPORTO E LAZER			239.900,00

TCM IRCE VISTO

Ass. Servidor



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de São Paulo

Anexo VII da Lei 4320/64

FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETO DE ATIVIDADE				EXERCÍCIO DE 2010
Código	Especificação	Projeto	Atividade	Total
812	Desporto Comunitário			239.900,00
005	Manut. e Cons. de Ativid. Culturais e Esportivas			239.900,00
2.001	Manut. e Cons. de Ativid. Culturais e Esportivas		43.400,00	
1.018	Construção do Ginásio de Esportes	133.100,00		
1.021	Const. e Ampl. de Espaços Esportivos e Culturais	63.400,00		
28	ENCARGOS ESPECIAIS			563.300,00
646	Outros Encargos Especiais			563.300,00
009	Encargos Especiais			563.300,00
2.008	Encargos Especiais		563.300,00	
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			100.000,00
999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			100.000,00
999	Reserva de Contingência			100.000,00
9.999	Reserva de Contingência	100.000,00		
Total:		5.081.940,00	14.918.000,00	20.000.000,00



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de São Paulo

Anexo VIII da Lei 4320/64

FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES POR PROGRAMAS				EXERCÍCIO DE 2010
Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	LEGISLATIVA			960.000,00
001	Ação Legislativa			
001	LEGISLATIVO FORTE E INDEPENDENTE	960.000,00		
04	ADMINISTRAÇÃO			2.501.500,00
122	Administração Geral			
002	MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	1.807.700,00		
123	Administração Financeira			
002	MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	499.100,00		
124	Controle Interno			
002	MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	56.000,00		
244	Assistência Comunitária			
007	MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA	103.200,00		
451	Infra-estrutura Urbana			
008	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA	35.500,00		
06	SEGURANÇA PÚBLICA			118.000,00
181	Policaracterio			
002	MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	118.000,00		
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL			932.540,00
122	Administração Geral			
002	MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	63.400,00		
243	Assistência à Criança e ao Adolescente			
007	MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA	137.500,00		
244	Assistência Comunitária			
007	MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA	731.640,00		
10	SAÚDE			3.936.900,00
301	Atenção Básica			
006	SAÚDE PRIORIDADE DA ADMINISTRAÇÃO	559.000,00		
302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial			
006	SAÚDE PRIORIDADE DA ADMINISTRAÇÃO	2.951.200,00		
304	Vigilância Sanitária			
006	SAÚDE PRIORIDADE DA ADMINISTRAÇÃO	264.100,00		
305	Vigilância Epidemiológica			
006	SAÚDE PRIORIDADE DA ADMINISTRAÇÃO	159.000,00		
12	EDUCAÇÃO			7.482.900,00
361	Educação Fundamental			
003	EDUCAÇÃO PARA TODOS	6.809.000,00		
362	Educação Média			
003	EDUCAÇÃO PARA TODOS	48.400,00		
365	Educação Infantil			
003	EDUCAÇÃO PARA TODOS	492.100,00		
366	Educação de Jovens e Adultos			
003	EDUCAÇÃO PARA TODOS	101.400,00		
13	CULTURA			557.060,00

3.936.900,00 TCM IRCE VISTO

Ass. Servidor